



Relatório Local
Voluntário
Olhar de Jacareacanga
para o mundo:
Desenvolvimento
sustentável
e tradição com ênfase
à Agenda 2030

EU QUAGAREANGA

Índice

1. CARTA DO PREFEITO.....	07, 08
2. GOVERNANÇA COMPARTILHADA DOS ODS.....	09, 10, 11, 12, 13, 14
3. INTRODUÇÃO	15, 16
4. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA..	17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24
5. A AGENDA 2030 E O PAPEL DOS RELATÓRIOS LOCAIS VOLUNTÁRIOS (RLVs).....	25
5.1 A experiência brasileira com RLVs	26
5.2 O motivo da seleção da cidade de Jacareacanga	27, 28, 29
5.3 Objetivo e escopo deste relatório	29, 30
5.4 Motivação para o RLV	31
5.5 Processo de elaboração	31, 32
6. METODOLOGIA	33, 34, 35
6.1 Adaptação metodológica ao contexto amazônico	35, 36
6.2 Etapas do processo metodológico	36, 37
6.3 Limites e potencialidades metodológicas	37, 38
6.4 Participantes e instrumentos	38
6.5 Diagnóstico local	39, 40, 41, 42
6.6 Panorama socioeconômico	42
7. CONEXÃO COM OS ODS	43, 44, 45, 46, 47
7.1 Potencialidades e boas práticas locais	49, 50
7.2 Matriz de alinhamento preliminar com os ODS	51
8. INSTITUCIONALIZAÇÃO E GOVERNANÇA DOS ODS	52, 53
8.1 Marco legais e planejamento	52,53
8.2 Participação social	53, 54
8.3 Estrutura administrativa e participação social	54, 55
8.4 Instrumentos de planejamento e orçamento	55, 56
9. PROPOSTAS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO PROGRESSIVA	56
9.1 Progresso e boas práticas	57, 58
9.2 Indicadores alinhados aos ODS	59, 60, 61, 62, 63
9.3 Parcerias e Meios de Implementação	63, 64, 65
9.4 Financiamento	65, 66
9.5 Capacitação, tecnologia e cooperação internacional	67
10. RECOMENDAÇÕES E VISÃO DE FUTURO	68, 69
10.1 Visão de futuro	70, 71
11. NOTA	71
12. ANEXOS	71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82
13. SIGLAS A ABREVIATURAS	83
13. REFERÊNCIAS	85, 86



Saudações

Desenvolvimento Sustentável e tradição com ênfase a Agenda 2030.



Jacareacanga reafirma seu compromisso como referência em sustentabilidade, conduzindo a implementação dos ODS com uma governança democrática, inclusiva, justa e participativa — garantindo que ninguém fique para trás.

É com muito orgulho que apresentamos hoje o Relatório Local Voluntário de Jacareacanga — um marco histórico para nosso município e, com certeza, um compromisso renovado com o futuro da nossa gente, do nosso território e da nossa floresta.

Jacareacanga tem se destacado como uma cidade que olha para frente, mas que também honra suas raízes. Somos um município amazônico com uma população majoritariamente indígena, um patrimônio cultural riquíssimo e uma responsabilidade ambiental imensa. Temos consciência do nosso papel no combate às desigualdades, na proteção do meio ambiente e na promoção da dignidade humana.

Desde 2022, quando assinamos o compromisso com a Agenda 2030 da ONU, assumimos o desafio de alinhar nossas políticas públicas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este Relatório Local Voluntário é fruto de muito trabalho coletivo, escuta das comunidades, participação popular e parceria com instituições sérias como o PNUD (Eletrobrás via CHTP), a UFPA, a ABM e tantas lideranças locais e indígenas que se somaram nessa construção.

Sabemos que ainda enfrentamos muitos desafios: falta de saneamento básico, dificuldades de acesso à saúde, educação com mais inclusão e qualidade. Mas também temos avanços concretos: como a criação do nosso Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, as experiências exitosas de educação bilíngue nas aldeias, a atuação forte das organizações indígenas e a realização inédita de um PPA participativo, onde a voz do nosso povo foi prioridade.

Este relatório é muito mais do que um documento. É a prova de que mesmo um município pequeno, com dificuldades, pode se posicionar globalmente e mostrar que está construindo um caminho sustentável com protagonismo e coragem.



**SEBASTIÃO
AURIVALDO
PEREIRA SILVA**

*Prefeito do município de
Jacareacanga*

Quero aqui agradecer à Comissão Municipal dos ODS, às secretarias envolvidas, às lideranças indígenas e comunitárias, e principalmente ao nosso povo, que participou das oficinas, escutas e reuniões. Este relatório é de vocês.

Vamos seguir firmes, ampliando parcerias, buscando mais recursos e fortalecendo a nossa governança com inclusão e respeito à diversidade do nosso território. Que este seja apenas o primeiro de muitos passos rumo a um Jacareacanga mais justo, mais sustentável e com mais esperança.

O meu muito obrigado.



Governança Compartilhada dos ODS



Contribuição da Secretaria de Assistência Social de Jacareacanga para a Agenda 2030

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Jacareacanga exerce um papel estratégico e essencial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase especial na **erradicação da pobreza (ODS 1)** e na **redução das desigualdades (ODS 10)**. Por meio da formulação e execução de políticas públicas inclusivas, a Secretaria atua diretamente na melhoria da qualidade de vida das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, promovendo o acesso universal e equitativo a direitos fundamentais como **renda, saúde, educação, moradia e proteção social**.

Sua atuação transversal fortalece a agenda 2030 em múltiplas dimensões, como descrito a seguir:

ODS 1 – Erradicação da Pobreza: Através de programas de transferência de renda, acompanhamento familiar e inclusão produtiva, a Secretaria contribui significativamente para a superação da pobreza extrema e da insegurança alimentar no município.

ODS 10 – Redução das Desigualdades: A assistência social atua como um vetor de justiça social, promovendo a equidade no acesso a políticas públicas e garantindo que grupos historicamente excluídos, como povos indígenas, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, sejam plenamente atendidos.

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: Em articulação com a rede de saúde, são promovidas ações de cuidado integral, apoio psicossocial e

acolhimento institucional, assegurando atenção às necessidades básicas da população em risco

ODS 4 – Educação de Qualidade: A Secretaria apoia a permanência escolar por meio do acompanhamento familiar e de ações que previnem o abandono e a evasão escolar, especialmente em comunidades mais vulneráveis.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Através do fortalecimento da rede de proteção social e da articulação com outras políticas urbanas, promove comunidades mais inclusivas, seguras e resilientes.

ODS 16 e 17 – Fortalecimento Institucional e Parcerias: Com uma equipe comprometida, a Secretaria investe



**Edriane Oliveira da
Silva**

**Secretária Municipal de
Assistência Social**

na qualificação da gestão pública, na articulação intersetorial e na promoção da participação cidadã, assegurando a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, a Secretaria de Assistência Social de Jacareacanga não apenas implementa ações de proteção social, mas contribui ativamente para a construção de um território mais justo, inclusivo e sustentável. Seu compromisso com os princípios da Agenda 2030 reafirma o propósito de **“não deixar ninguém para trás”**, consolidando a assistência social como um pilar essencial do desenvolvimento local.



Edileuza Viana

**Secretária Municipal de
Planejamento de
Captação de Recursos**



É com muita responsabilidade e compromisso que falo em nome da Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos neste momento especial, em que Jacareacanga apresenta seu primeiro Relatório Local Voluntário.

Esse relatório vai além de números e gráficos. Ele marca uma mudança na forma como enxergamos e organizamos o futuro da nossa cidade. Cada diagnóstico, cada escuta com a comunidade, mostra que planejar bem não é só usar técnica — é, acima de tudo, saber ouvir e entender as realidades diversas que compõem nosso território..

Planejar em Jacareacanga é um desafio, sim — por causa da geografia, das distâncias e das demandas complexas. Mas também é uma grande oportunidade, porque temos uma riqueza cultural e social única, que precisa ser valorizada. É aí que entra a Agenda 2030: ela nos conecta ao mundo, mas exige que a gente fale a nossa própria língua, com base nas nossas realidades.

A construção deste relatório nos fez olhar de novo para o que já existe, revisar planos, rever prioridades e pensar diferente. Aprendemos que um bom planejamento não se faz só com metas no papel, mas com vínculos reais — com as comunidades indígenas, com a juventude, com os servidores, com as lideranças locais.

Estamos aprendendo a planejar não só a partir do que falta, mas a partir do que temos, do que resiste, do que pulsa aqui.

Agradeço a todas as secretarias parceiras, à Comissão Municipal dos ODS, às lideranças indígenas e às instituições que estiveram ao nosso lado nessa caminhada.

Que este seja apenas o começo de uma nova forma de planejar: mais participativa, mais próxima e, acima de tudo, mais transformadora.

Muito obrigada. Que Deus abençoe a todos nós.



O município de Jacareacanga, localizado no sudoeste do Pará e composto por comunidades indígenas, ribeirinhas, urbanas e trabalhadores de garimpo, reafirma seu compromisso com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em especial com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 — assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Ações em andamento

Nos últimos anos, a gestão municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, tem se dedicado à ampliação do acesso aos serviços de saúde, com foco na atenção primária, saúde indígena, da mulher e da criança, saúde do trabalhador e vigilância em saúde. Entre as principais ações, destacam-se:

Ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), com atuação em áreas urbanas, rurais e aldeadas;

Parcerias com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Tapajós para ações com os povos Munduruku;

Campanhas de vacinação e combate à malária, tuberculose, ISTs e hanseníase;

Implantação de ações em saúde mental, com apoio psicossocial nas escolas e unidades de saúde;

Capacitação contínua de agentes comunitários e profissionais da rede municipal.

Desafios persistentes

Apesar dos avanços, o município enfrenta desafios estruturais e logísticos que dificultam o acesso universal à saúde:

Extensa área territorial e dificuldade de acesso a comunidades remotas, especialmente em épocas de cheia;

Escassez de profissionais especializados, como médicos e enfermeiros, dispostos a atuar em áreas isoladas;

Limitações na infraestrutura das unidades de saúde e na oferta de serviços especializados;

Dificuldades na articulação intersetorial e na consolidação de uma rede integrada de atenção à saúde.

Avanços e conquistas

Mesmo com as dificuldades, o município alcançou progressos importantes:

Redução de casos de malária e sífilis congênita nos últimos dois anos;

Melhoria nos indicadores de pré-natal e cobertura vacinal;



Ledioneta Sousa

**Secretária Municipal de
Saúde**

Participação ativa de lideranças comunitárias e indígenas no planejamento em saúde;

Investimentos estaduais e federais em ambulâncias, equipamentos e medicamentos.

Perspectivas e compromissos

Jacareacanga mantém o compromisso com a Agenda 2030, integrando os ODS às políticas públicas de saúde. As prioridades para os próximos anos incluem:

Fortalecer a regionalização e a telemedicina para superar barreiras geográficas;

Investir na formação e valorização dos profissionais da saúde;

Promover saneamento básico e segurança alimentar como determinantes da saúde;

Ampliar a participação social para construir uma saúde mais equitativa e inclusiva.

Por meio desta carta, o município reafirma sua disposição em seguir avançando de forma sustentável, respeitando as diversidades culturais, territoriais e sociais da população. Acreditamos que a saúde é pilar essencial para o desenvolvimento humano e a construção de um futuro mais justo e saudável para todos os habitantes de Jacareacanga.



A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jacareacanga-PA reconhece a relevância dos compromissos assumidos pelo Brasil com a Agenda 2030 da ONU, especialmente a ODS 4, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Essa meta global reforça a necessidade de fortalecer as políticas educacionais, respeitando as especificidades do nosso território, onde os povos indígenas – em especial o povo Munduruku – têm papel fundamental. Em Jacareacanga, não é possível pensar em educação de qualidade sem considerar a diversidade cultural, linguística e territorial das nossas escolas e comunidades.

Nosso compromisso com a ODS 4 envolve:

- Garantir uma educação escolar indígena bilíngue e intercultural, valorizando os saberes tradicionais e a língua materna;
- Ampliar o acesso e a permanência de estudantes indígenas em todos os níveis de ensino, promovendo o acolhimento, o respeito e o sentimento de pertencimento;
- Apoiar a formação continuada de professores e gestores, com foco na educação diferenciada e no diálogo entre culturas;
- Produzir e utilizar materiais didáticos contextualizados, construídos com participação das comunidades e alinhados à sua realidade;
- Estabelecer parcerias com lideranças indígenas e instituições de ensino superior para garantir que nossas ações estejam em consonância com os direitos e aspirações dos povos originários.



Luziane Nogueira

Secretária Municipal de Planejamento de Educação, Cultura e Desporto

A ODS 4 não é apenas uma meta numérica ou estatística. Para Jacareacanga, ela representa a possibilidade real de transformar a escola em um espaço de valorização da identidade, da história e da dignidade dos nossos povos. Por isso, essa Secretaria reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade que seja inclusiva, justa e voltada para a construção de um futuro com equidade e respeito às diferenças.

Seguiremos trabalhando com dedicação, escuta e diálogo para que todas as crianças, jovens e adultos do nosso município, especialmente os que pertencem aos povos indígenas, tenham acesso a uma educação que fortaleça suas raízes e amplie suas possibilidades.



A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) reafirma seu compromisso com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, contribuindo de forma ativa e responsável para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à proteção ambiental, ao uso consciente dos recursos naturais e à promoção de um turismo sustentável e inclusivo.

Reconhecendo a importância de um modelo de desenvolvimento que concilie crescimento econômico com responsabilidade socioambiental, a SEMAT tem atuado na formulação e implementação de políticas públicas que integrem conservação ambiental, valorização dos patrimônios naturais e culturais e fortalecimento das economias locais.

Entre as principais ações promovidas pela Secretaria, destacam-se:

- Estímulo a práticas de turismo responsável, que respeitem os limites ecológicos e promovam a valorização da cultura e dos saberes locais;
- Proteção e conservação da biodiversidade, com foco nos ecossistemas presentes no território municipal e no uso sustentável dos recursos naturais;
- Apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, gerando emprego e renda sem comprometer o equilíbrio ambiental;
- Fomento à participação social, com incentivo ao envolvimento das comunidades locais nos processos decisórios e na gestão de iniciativas ambientais e turísticas;
- Execução de programas permanentes de educação ambiental, voltados à conscientização da população sobre a importância da preservação e do consumo responsável;
- Realização de processos de licenciamento ambiental com rigor técnico, celeridade e transparência, assegurando conformidade legal e minimização de impactos ambientais.

Essas ações refletem o empenho da SEMAT em consolidar uma gestão pública moderna, eficiente e comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável. Ao articular conservação ambiental e valorização do turismo sustentável, a Secretaria busca não apenas preservar os recursos naturais para as futuras gerações, mas também melhorar a qualidade de vida da população local, promovendo justiça social, inclusão e respeito à diversidade ambiental e cultural do município.



Stefane Lopes

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Introdução

O Relatório Local Voluntário (RLV) é um documento que analisa e localiza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em um contexto local, comportando-se como uma importante ferramenta de monitoramento para implementação dos ODS a nível regional e de cidades. Este relatório é produzido sempre em referência às práticas e políticas públicas. Trata-se de um mecanismo para que os governos locais se comprometam formalmente a relatar o progresso local de implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira cidade a executar esta iniciativa foi a cidade de Nova York em 2018, ao apresentar no UN High Level Political Forum NYC um único documento incluindo uma análise abrangente de todo o processo daquela cidade em direção à localização dos ODS. Esta análise foi elaborada

seguindo o modelo do Relatório de Revisão Nacional produzido, de maneira voluntária, pelos Estados-Membros da ONU com o intuito de apresentar seu progresso nacional e subnacional em direção a implementação da Agenda 2030.

Desde de 2018, a cidade de Nova York, com o apoio da ONU, de organizações da sociedade civil e outras autoridades locais, divulga esta ação para que outras cidades ao redor do mundo também elaborem o documento por meio da assinatura de compromisso com a Declaração de Revisão Local Voluntária. A adesão da Cidade de Jacareacanga à Declaração ocorreu no ano de 2022, quando o Prefeito de Jacareacanga, Sebastião Aurivaldo Pereira Silva – “Valdo do Posto”, assinou a adesão que manifesta o compromisso da Prefeitura de Jacareacanga na implementação da Agenda 2030, bem como seu alinhamento às pautas internacionais.

A incorporação dos ODS na política pública municipal de Jacareacanga é determinada pelo Decreto nº 023/2025-PMJ/GP que institui o programa de implementação da Agenda 2030 e que autorizou a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, instância que reúne diversos setores da sociedade civil e o poder público. Conhecida como “Comissão ODS”, o colegiado vem cumprindo um papel fundamental de apoio à elaboração e monitoramento das políticas municipais para o desenvolvimento sustentável.

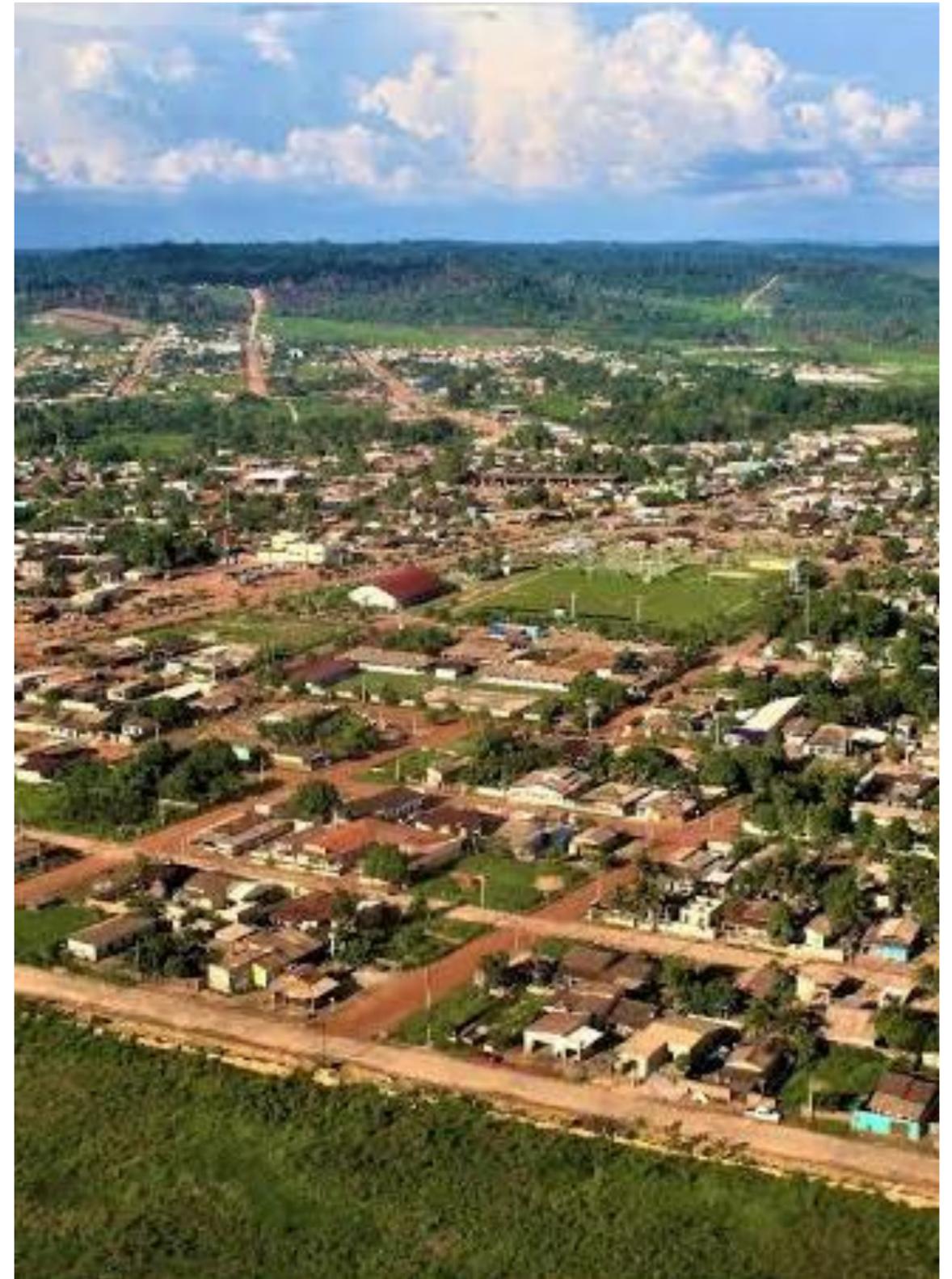
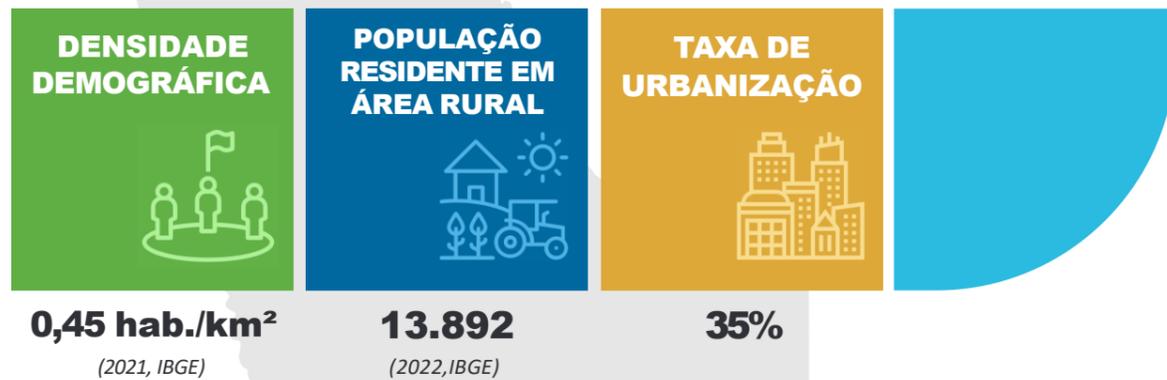
A cidade de Jacareacanga, alinhados as ODS, buscou por meio de reuniões administrativa ouvir a população pra construção do Plano Plurianual – PPA, desta forma fazendo o governo participativo, algo até então inovador, onde a população está sendo ouvida para colaboração do plano de governo, ouvindo as demandas da população de forma direta.

Neste RLV, vamos rememorar a construção institucional da localização da Agenda 2030 na cidade de Jacareacanga e algumas iniciativas de importância internacional no âmbito da promoção da sustentabilidade e equidade. Em seguida, detalharemos o desenvolvimento do arcabouço de planejamento municipal com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas para a década da ação e, finalmente, com destaque para algumas das medidas já em andamento, incorporadas a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os esforços da cidade de Jacareacanga/ Pará apresentados neste RLV sinalizam o que podemos fazer localmente para criar um futuro sustentável para todos, no nosso planeta comum. Boa leitura!



Mun6cipio de Jacareacanga

TERRIT6RIO E POPULA76O



Relatório Local Voluntário Jacareacanga

Apresentação do Município de Jacareacanga

Jacareacanga é um município brasileiro no extremo sudoeste do estado do Pará. Localiza-se no norte, a uma latitude 06°13'20" sul e longitude 57°45'10" oeste. A área total é de 53 303,089 km² e a População total do IBGE em 2022 é de 24042 habitantes.

Em 1961 foi criado inicialmente como distrito de Itaituba pela lei estadual nº 2460. Emancipou-se em 1991, pela lei estadual nº 5691.

História

Foi criado inicialmente como distrito de Itaituba pela lei estadual nº 2460, de 29 de dezembro de 1961. Emancipou-se em 13 de dezembro de 1991, pela lei estadual nº 5691, sendo atualmente composto por dois distritos; o Distrito-Sede e Porto Rico.

A emancipação foi resultado de uma mobilização popular dos moradores, no final da década de 1980 com a criação da Comissão Pró-Emancipação Política do Distrito Municipal de Jacareacanga, cujo presidente era Sebastião Lopes Pimenta.

Seu nome é proveniente do tupi, união dos termos *îakaré* ("jacaré") e *akanga* ("cabeça"), formando "cabeça de jacaré".

Revolta de Jacareacanga

Em fevereiro de 1956, ocorreu a Revolta de Jacareacanga, que foi um esboço de reação militar contra a posse de Juscelino Kubitschek na presidência do país, poucas semanas antes. Oficiais da aeronáutica partiram da cidade do Rio de Janeiro no dia 10 de fevereiro e se instalaram na Base Aérea de Jacareacanga. A revolta durou dezenove dias e terminou com o controle da situação por forças pró-Kubitschek.

Geografia:

Localiza-se à latitude 06°13'20" sul e à longitude 57°45'10" oeste, com uma área de 53 303,089 km², estando a uma altitude de 70 metros acima do nível do mar.

Demografia:

Sua população estimada em 2022 era de 24.042 habitantes, distribuídos em uma área de 53.304,213 km².

A cidade possui uma das maiores população indígena do estado do Pará, aproximadamente dez mil indígenas, contrastando com várias pessoas de outras regiões com o advento da rodovia transamazônica e da atividade mineraria no fim da década de 1950, que provocou um forte movimento migratório.

Problemas socioambientais:

Devido aos altos índices de devastação florestal, em 9 de novembro de 2023, o município de Jacareacanga foi incluído na relação de municípios situados no bioma Amazônia considerados prioritários pelo governo federal para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal.



Política e administração:

Sendo um município do Brasil, Jacareacanga é administrada por dois poderes, o executivo e o legislativo, independentes e harmônicos entre si. O primeiro é representado pelo prefeito, auxiliado pelo seu gabinete de secretários e eleito pelo voto popular para um mandato de quatro anos, sendo permitida uma única reeleição para mais um mandato consecutivo, enquanto que o segundo é representado pela Câmara Municipal de Jacareacanga, órgão colegiado de representação dos munícipes que é composto por vereadores também eleitos por sufrágio universal.

As atuais autoridades que ocupam cargos da organização político-administrativa de Jacareacanga são as seguintes:

- Prefeito: Sebastião Aurivaldo Pereira Silva "Valdo do Posto" - MDB
- Vice-prefeito: Valmar Kaba Munduruku - PT
- Presidente da Câmara: Antônio Mendes Cardoso - PSDB

Locais públicos

- Praça São Pedro
- Praça Central
- Ginásio Poliesportivo Raimundo Queiroz
- Letreiro

Cultura

- Jacaré verão
- Aniversário da Cidade
- Carnacaré
- Quadrilha Junina
- Festejo Santo Antônio
- Jogos Indígenas Munduruku
- Baile da Primavera – Debutantes

Transportes:

- **Modal aéreo**
- **Modal fluvial**

Via rio Tapajós

- **Modal terrestre**

Rodovia Transamazônica (BR-230)

A BR-230, é uma rodovia transversal, corta no estado do Pará nas principais cidades do sul paraense, como Itaituba, Altamira e Marabá. No Estado do Maranhão entre as cidades de Carolina a Barão de Grajaú, passando por Riachão, Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, São Domingos do Azeitão, Pastos Bons, São João dos Patos, bem como o Estado do Piauí passando por Floriano, Nazaré do Piauí, Oeiras até a BR-316, na localidade Gaturiano, no Piauí, segue-se pela BR-316 até a entrada de Fronteira, no Piauí, que passa a ser a continuação da BR-230 até a cidade de Campos Sales, no Ceará.

Terras Munduruku:

A Terra Indígena Munduruku é um território indígena no estado do Pará. É ocupada pelos povos Apiacá e Munduruku. Uma barragem proposta no rio Tapajós está suspensa porque inundaria parte do território, e a constituição não permite projetos que forçariam o realojamento de indígenas.

Segundo o Instituto Socioambiental, a população munduruku tem atualmente cerca de 14 mil pessoas.

Localização

A Terra Indígena Munduruku está dividida entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga, ambos no Pará. Tem uma área de 2.382.000 hectares (5.890.000 acres). O território faz divisa com a Terra Indígena Sai Cinza ao norte e com a Terra Indígena Kayabi ao sul. O rio Tapajós e seu afluente, o Teles Pires, definem os limites norte e oeste do território. A leste, faz divisa com a Floresta Nacional do Crepori e com o Parque Nacional do Rio Novo.

A Terra está inteiramente na bacia do rio Tapajós, no bioma amazônico. Os principais rios são o Rio Teles Pires, Rio Anipiri, Rio Tapajós, Rio Cururu, Igarapé Wareri, Igarapé Parawadukti, Rio Cadiriri, Rio Cabitutu, Rio das Tropas, Rio Kaburuá, Igarapé Preto e Igarapé Maçaranduba.

História

A Terra Indígena Munduruku foi oficialmente reconhecida por decreto de 26 de fevereiro de 2004. O reservatório da proposta Barragem de Chacorão no Rio Tapajós afetaria os povos indígenas Munduruku, Kayabí e Apiacá. Inundaria 18.700 hectares (46.000 acres) da Terra Indígena Munduruku.

Até 2010, a Eletronorte não havia solicitado o registro na Agência Nacional de Energia Elétrica para iniciar os estudos de viabilidade da Usina Hidrelétrica Chacorão. Um porta-voz disse que sem mudança na constituição não há como realizar projetos em territórios indígenas. Nos últimos anos a reserva vem sendo ameaçada com a presença de garimpos ilegais por meio da contaminação de mercúrio e o desmatamento.

Comunicação

Em 2002, estimava-se que havia 10.065 indígenas na região do Alto Tapajós, em cerca de 80 aldeias. No entanto, as aldeias estão constantemente sendo dissolvidas e reconstituídas. O maior número de Munduruku vive na Terra Indígena Mundurucu, com a maioria das aldeias ao longo do rio Cururu, um afluente do Tapajós.

A Terra Indígena Munduruku é ocupada principalmente por Munduruku, mas também por povos das etnias Apiacá, Kayabí, Kayapó, Tembé e Rikbaktsa. A população estimada do território era de 2.420 em 1990, 5.075 em 1995 e aumentou para 6.518 em 2012. Existem duas organizações indígenas, a Associação Da'uk (AIP) e o Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (CIMAT). O estado é representado no território pela Funai. A Igreja Católica opera a Missão de São Francisco. O território conta com várias bases da FUNASA, cada uma com um pequeno prédio com sala de espera, laboratório para exames de malária, sala de internação e alojamento para funcionários.



A Agenda 2030 e o papel dos Relatórios Locais Voluntários (RLVs)

Aprovada por unanimidade em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Agenda 2030 constitui-se como um pacto global para erradicar a pobreza, proteger a socio biodiversidade do planeta, amenizar os impactos das mudanças climáticas e agir para interrompê-las e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. Seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas estabelecem uma estrutura integrada para guiar políticas públicas e investimentos de governos, empresas e sociedade civil em nível mundial (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A construção e monitoramento dessa agenda têm se descentralizado progressivamente, com crescente protagonismo de governos subnacionais. Em 2018, a cidade de Nova York apresentou o primeiro Relatório Local Voluntário (RLV) no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas (HLPF), dando início ao movimento conhecido como “virada subnacional” da Agenda 2030 (FOX; MACLEOD, 2021). Desde então, centenas de cidades em todo o mundo passaram a relatar seus avanços de forma autônoma, voluntária e contextualizada.

O RLV é, portanto, um instrumento de autoavaliação, transparência e planejamento estratégico, que permite aos municípios não apenas reportar seu progresso, mas também identificar lacunas, construir consensos locais e dialogar com agendas globais (UNDESA, 2020; UCLG & UN-HABITAT, 2020). Sua elaboração reforça o papel do nível local na realização dos ODS e contribui para o fortalecimento das capacidades institucionais, integração intersectorial e mobilização social em torno de metas comuns (UNESCAP, 2020).

A experiência brasileira com os RLVs

No Brasil, a produção de RLVs tem se expandido. Experiências de municípios como Barcarena (PA), São Paulo (SP), Francisco Morato (SP), Niterói (RJ), entre outros demonstram a aplicabilidade dessa ferramenta em realidades sociais, econômicas e institucionais distintas, com ênfase na adaptação local das metas globais (PNUD, 2023; ABM, 2024).

Esses relatórios têm contribuído para:

- o fortalecimento da memória institucional sobre os ODS;
 - a construção de fóruns multissetoriais de governança;
 - o alinhamento entre políticas públicas locais e os princípios da Agenda 2030;
- e a ampliação da visibilidade internacional dos municípios brasileiros.

A produção de um RLV, especialmente na Amazônia, é também um ato político de afirmação territorial, frente às desigualdades estruturais que historicamente invisibilizam as realidades locais nas estatísticas e no planejamento nacional.



pal 2030.

Jacareacanga

O motivo da indicação da cidade

O município de Jacareacanga (PA) foi selecionado como uma das três localidades-piloto do projeto “*Acelerando o Desenvolvimento*”, fruto da parceria entre a Eletrobrás/Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A escolha se deu com base na atuação direta da CHTP no território e na conjugação de fatores como baixo IDHM de 0,505, desafios socioambientais e presença de comunidades tradicionais e indígenas fortemente mobilizadas, O Plano de Ação e Controle da Malária (P.30) tem a finalidade de desenvolver ações para redução de fatores de riscos de infecção por *Plasmodium.sp* (nome científico referente ao protozoário causador da malária) incluindo medidas de prevenção, proteção e recuperação da saúde da população residente na área de influência direta e indireta do empreendimento. O Plano de Ação e Controle da Malária (P.30) tem a finalidade de desenvolver ações para redução de fatores de riscos de infecção por *Plasmodium.sp* (nome científico referente ao protozoário causador da malária) incluindo medidas de prevenção, proteção e recuperação da saúde da população residente na área de influência direta e indireta do empreendimento, não podemos deixar de enfatizar que.

A realização do RLV em Jacareacanga tem como objetivo central contribuir para o fortalecimento das capacidades locais e o planejamento orientado para o desenvolvimento sustentável, valorizando as especificidades culturais, ambientais e institucionais da região. Nesse sentido, o relatório visa:

- sistematizar informações estratégicas sobre os ODS no município;
- mapear desafios e potencialidades para a territorialização da Agenda 2030;
- fomentar o engajamento de secretarias, lideranças locais, indígenas e de grupos da sociedade civil organizada;
- e gerar insumos para políticas públicas, formação de parcerias e captação de recursos.



>> Monumento - Praça Cristina Ribeiro.

Localizado na região sudoeste do estado do Pará, o município de Jacareacanga ocupa uma área de aproximadamente 53.360 km² e integra a microrregião do Tapajós, com população estimada de 24.042 habitantes (IBGE, 2022). A maior parte da população é composta por povos indígenas das etnias Munduruku, Apiaká e Kayabi, com destaque para o Território Indígena Munduruku, que representa mais da metade da superfície do município.

Jacareacanga é atravessada pelo rio Tapajós e apresenta rica socio biodiversidade, concentrando ecossistemas de floresta ombrófila densa e áreas de transição para cerrado. O município possui índices de vulnerabilidade socioeconômica elevados, com desafios significativos nas áreas de educação, saúde, saneamento, infraestrutura e acesso a serviços básicos. No entanto, sua população apresenta forte organização comunitária e expressiva vitalidade cultural. Localizado na região sudoeste do estado do Pará, o município de Jacareacanga ocupa uma área de aproximadamente 53.360 km² e integra a microrregião do Tapajós, com população estimada de 24.042 habitantes (IBGE, 2022). A maior parte da população é composta por povos indígenas das etnias Munduruku, Apiaká e Kayabi, com destaque para o Território Indígena Munduruku, que representa mais da metade da superfície do município.

Jacareacanga é atravessada pelo rio Tapajós e apresenta rica socio biodiversidade, concentrando ecossistemas de floresta ombrófila densa e áreas de transição para cerrado. O município possui índices de vulnerabilidade socioeconômica elevados, com desafios significativos nas áreas de educação, saúde, saneamento, infraestrutura e acesso a serviços básicos. No entanto, sua população apresenta forte organização comunitária e expressiva vitalidade cultural.

OBJETIVO E ESCOPO DESTES RELATÓRIO

Este Relatório Local Voluntário de Jacareacanga é o primeiro documento institucional do município que se propõe a dialogar com os ODS em perspectiva integrada e participativa.

Seu objetivo é relatar o estágio atual de incorporação dos ODS nas políticas e ações locais, com base em diagnósticos recentes, oficinas de escuta e dados secundários sistematizados. Para isso, o relatório foi estruturado em oito seções:

- 1) Introdução: apresenta o contexto global da Agenda 2030 e o histórico local;
- 2) Caminho metodológico: detalha os processos, oficinas, fontes e critérios;
- 3) Diagnóstico local e alinhamento aos ODS: sintetiza os principais indicadores e desafios;
- 4) Institucionalização e governança: analisa a capacidade de gestão dos ODS no município;
- 5) Progresso e boas práticas: evidencia experiências locais conectadas à Agenda 2030;
- 6) Parcerias e meios de implementação: aponta articulações e fontes de financiamento;
- 7) Recomendações e visão de futuro: propõe caminhos estratégicos.

A elaboração deste relatório foi conduzida por meio de sistematização de documentos e indicadores públicos, realização de uma oficina presencial junto aos consultores do PNUD nos dias 07 e 08 de maio e realização de reuniões semanais do GT de realização do RNV/PPA Participativo entre 06 de maio e 22 de agosto. A metodologia, detalhada na próxima seção, respeita os princípios da Agenda 2030 de universalidade, integralidade e de não deixar ninguém para trás, com ênfase na escuta das comunidades locais, participação social, engajamento e nos desafios enfrentados pelos servidores/as municipais em contextos de baixa densidade institucional.

MOTIVAÇÃO PARA O RLV

A elaboração deste Relatório Local Voluntário (RLV) representa um marco na trajetória de fortalecimento da governança local e na construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável para Jacareacanga. A Agenda 2030 e seus 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma plataforma essencial para o planejamento municipal e a mobilização de recursos, parcerias e ações coordenadas em torno de prioridades locais.

A iniciativa de produzir o RLV surge do compromisso do município com a localização da Agenda 2030, da oportunidade de articular o planejamento plurianual às metas globais e da necessidade de tornar visíveis suas iniciativas, desafios e potencialidades em âmbitos nacional e internacional. A construção deste relatório também permite o fortalecimento da participação cidadã e da gestão integrada das políticas públicas.

Além de dar visibilidade ao território de Jacareacanga no debate global sobre desenvolvimento sustentável, este RLV também reforça o papel das pequenas cidades amazônicas como protagonistas na consolidação de práticas socioambientais baseadas em governança comunitária. A produção do relatório se insere no esforço mais amplo de fortalecimento dos entes subnacionais brasileiros, em consonância com os compromissos assumidos pelo país nas conferências internacionais sobre Agenda 2030 e localização dos ODS (ABM, 2024; UNDESA, 2020).

Jacareacanga, ao elaborar este RLV, demonstra capacidade institucional de dialogar com plataformas nacionais e internacionais, mesmo diante das adversidades de acesso, escassez de dados e baixa densidade técnica. Este movimento é especialmente importante no contexto amazônico, onde a efetivação dos direitos sociais e ambientais depende diretamente da valorização da diversidade étnico-territorial e da articulação entre diferentes escalas de governo (NEPMV, 2023; PPCAD, 2023)

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O RLV de Jacareacanga contou com apoio do projeto “Acelerando o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira”, uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Chamada Tapajós e o município, com capacitação metodológica da

Associação Brasileira de Municípios (ABM, através da assessora Yara Martinelli) e da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR, através do servidor Thiago Gehre Galvão). O processo envolveu oficinas presenciais, visitas técnicas, oitivas com lideranças locais, servidores e servidoras públicas, revisão de dados secundários e levantamento de boas práticas locais.

Entre os dias 7 e 8 de maio de 2025, foi realizada oficina com as secretarias municipais, representantes das comunidades indígenas, lideranças locais, grêmios estudantil e técnicos da administração, culminando em um processo coletivo de identificação de prioridades, desafios e caminhos para a institucionalização da Agenda 2030. O relatório integra, portanto, uma visão ampla e colaborativa das potencialidades e limites do município frente aos ODS.





METODOLOGIA

A elaboração de Relatórios Locais Voluntários (RLVs) insere-se em um movimento crescente de fortalecimento dos entes subnacionais como protagonistas da Agenda 2030. A descentralização da governança dos ODS tem sido promovida por organismos internacionais como a ONU, a UN-Habitat, a UCLG e a UNESCAP, os quais recomendam que os municípios adotem metodologias que combinem participação social, análise territorial e uso de dados locais (UNDESA, 2020; UCLG & UN-HABITAT, 2020; UNESCAP, 2020).

As diretrizes metodológicas aplicadas neste relatório seguem especialmente os parâmetros apresentados no documento *“Handbook for the Preparation of Voluntary Local Reviews”* (UNDESA, 2020), que propõe como fundamentos: (i) abordagem participativa e multiatorial; (ii) uso de dados desagregados e contextualizados; (iii) articulação com planos existentes; e (iv) flexibilidade metodológica conforme a capacidade institucional local. Além disso, o documento *“Volume 1 – Guidelines for VLRs”* da UCLG/UN-Habitat (2020) destaca que a elaboração do relatório deve ser compreendida como um exercício contínuo de fortalecimento da governança, e não como um produto final isolado.

No caso da América Latina, a Comissão Econômica da ONU para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP, 2020) complementa essas orientações ao propor que os RLVs incorporem de forma explícita os saberes tradicionais e os arranjos territoriais comunitários, sobretudo em contextos marcados por diversidade étnica, como os da Amazônia brasileira



No caso da América Latina, a Comissão Econômica da ONU para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP, 2020) complementa essas orientações ao propor que os RLVs incorporem de forma explícita os saberes tradicionais e os arranjos territoriais comunitários, sobretudo em contextos marcados por diversidade étnica, como os da Amazônia brasileira.

ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA AO CONTEXTO AMAZÔNICO

A produção do RLV de Jacareacanga partiu da constatação de que metodologias convencionais - voltadas a grandes cidades, com dados regulares e capacidade técnica consolidada - seriam insuficientes para refletir as realidades e especificidades do território. Por isso, optou-se por uma abordagem dialógica e interpretativa, orientada pela valorização das fontes comunitárias, da escuta qualificada e da documentação técnico-institucional já existente.

A metodologia de construção deste relatório respeitou os princípios de interculturalidade e territorialização, fundamentais para assegurar a relevância local da Agenda 2030 em um município com maioria populacional indígena. Conforme dados do Censo 2022, 13.816 dos 24.042 habitantes de Jacareacanga se autodeclararam indígenas, representando aproximadamente 57,5% da população municipal (IBGE, 2022) — proporção que exige metodologias adaptadas e respeitosas às formas próprias de organização sociopolítica das comunidades.

Além da análise documental e das bases de dados secundárias como IDSC, IBGE e Barômetro da Sustentabilidade, o processo metodológico considerou os planos existentes, como o PPCAD (2023), e os instrumentos de planejamento vigentes, como a LOA (2022). A escuta qualificada às lideranças indígenas e a inclusão de documentos produzidos por suas organizações - como registros da Associação PUSURU e do processo de demarcação da Terra Indígena Munduruku - reforçaram o caráter representativo do RLV (TI-MUNDURUKU, 2023).

Essa estratégia dialoga com a abordagem proposta pelos consultores Yara Martinelli, Thiago Gehre Galvão, Rodrigo Ramiro e Rodrigo Fuhr, contratados pelo Projeto Acelerando o Desenvolvimento.

“Produto 1 – Planejamento metodológico da proposta de elaboração dos relatórios e das oficinas presenciais sobre RLV” (2024), que destaca a importância de considerar os níveis de institucionalização dos ODS, a integração com os ciclos de planejamento municipal e a existência (ou não) de instrumentos de monitoramento.

Além disso, o modelo inicial proposto foi fundamental na definição da estrutura do relatório, indicando dimensões mínimas recomendadas, como diagnóstico situacional, institucionalidade dos ODS, mapeamento de práticas e sugestões de monitoramento. O formato foi adaptado para priorizar clareza, usabilidade e fidelidade ao contexto amazônico indígena e ribeirinho.

ETAPAS DO PROCESSO METODOLÓGICO

O caminho metodológico do RLV de Jacareacanga foi estruturado em cinco etapas complementares:

- Revisão documental e institucional
Compreendeu o levantamento e análise de instrumentos de planejamento, relatórios técnicos e dados secundários. Foram utilizados documentos como: o Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCAD, 2023), o Diagnóstico Situacional de Jacareacanga (NEPMV, 2023), o Barômetro da Sustentabilidade do Território Tapajós (RITS; CHTP, 2023), o Balanço Social Municipal de 2021 (PREFEITURA DE JACAREACANGA, 2021) e os dados públicos da plataforma IDSC (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023). A triangulação dessas fontes permitiu construir uma leitura integrada da situação municipal em relação aos ODS.
- Estudo da capacidade institucional e orçamentária
A partir da Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA 2022), analisaram-se os limites e possibilidades do município no financiamento e execução de políticas públicas

alinhadas aos ODS. A leitura transversal da peça orçamentária evidenciou programas de assistência social, saúde indígena e meio ambiente como áreas potenciais de convergência com as metas da Agenda 2030 (PREFEITURA DE JACAREACANGA, 2022).

– Mapeamento de atores, redes e práticas existentes

Com base no Diagnóstico NEPMV (2023) e nos instrumentos do PPCAD, foram identificados atores-chave com atuação direta ou indireta em ações relacionadas aos ODS: associações indígenas, conselhos municipais de políticas públicas, agentes comunitários de saúde, brigadas de prevenção de incêndios, secretarias municipais e organizações de apoio técnico como o NEPMV/UFPA.

– Construção da matriz de alinhamento dos ODS

Inspirado no modelo utilizado no Barômetro da Sustentabilidade (RITS; CHTP, 2023), foi elaborada uma matriz de alinhamento que cruza os indicadores disponíveis, as metas previstas no PPCAD e as ações orçamentárias correntes. Essa matriz permite visualizar quais ODS estão mais presentes nas ações do município e onde se localizam as principais lacunas.

– Redação técnica, validação e estruturação final do relatório

A redação técnica seguiu a estrutura metodológica sugerida pela consultoria contratada pelo PNUD e validada por experiências internacionais como as da UN-Habitat e UCLG (2020). O conteúdo foi organizado com base em uma lógica cumulativa, partindo do diagnóstico até as recomendações, sempre priorizando clareza, consistência metodológica e fundamentação empírica. Todas as informações foram sistematizadas a partir das evidências disponíveis.

LIMITES E POTENCIALIDADES METODOLÓGICAS

Embora o processo de construção do RLV tenha sido cuidadosamente estruturado, é importante reconhecer limitações:

- A escassez de dados desagregados por etnia, gênero e território dificulta uma análise aprofundada de desigualdades estruturais;
- A disparidade entre os dados considerados pela prefeitura e os dados dos censos do IBGE;
- A inexistência de um sistema municipal de monitoramento de ODS exige maior esforço interpretativo na correlação entre ações e metas globais;
- A baixa institucionalização prévia da Agenda 2030 no município impôs limites à identificação de políticas diretamente nomeadas como “alinhadas aos ODS”.

Por outro lado, o processo apresentou importantes potencialidades:

- O alinhamento do processo com a construção do Plano Plurianual (PPA 2025-2028);
- A existência de um Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento com abordagem intersectorial e indicadores definidos;
- A forte presença de organizações e associações locais, indígenas e de base territorial que promovem ações diretamente ligadas à sustentabilidade;
- A disponibilidade de fontes técnico-científicas atualizadas, como o Diagnóstico Situacional e os relatórios do NEPMV e do Barômetro Tapajós.

PARTICIPANTES E INSTRUMENTOS

A oficina de maio de 2025 contou com a participação direta de mais de 100 pessoas, entre elas: secretarias Saúde, Planejamento, Assuntos Indígenas, Administração, lideranças indígenas Munduruku, membros da Comissão Municipal de Desenvolvimento Sustentável, lideranças locais de diversas regiões do município, representantes do grêmio estudantil e de organizações da sociedade civil.

Foram utilizados como instrumentos de apoio: fichas temáticas, guias visuais dos ODS, infográficos, apresentação power point, painéis participativos, questionários estruturados e fichas para identificação de boas práticas.

A estrutura do relatório a seguir foi desenhada com base nas recomendações metodológicas da UNDESA (2021), do Instituto Cidades Sustentáveis (2023) e da UCLG (2022), sendo adaptada à realidade local de Jacareacanga.

DIAGNÓSTICO LOCAL

Jacareacanga está situado na região sudoeste do estado do Pará, na divisa com o estado do Amazonas, compondo parte da bacia hidrográfica do rio Tapajós. Com uma área de aproximadamente 53.336 km², trata-se de um dos maiores municípios do Brasil em extensão territorial. A sua configuração geográfica está profundamente marcada pela presença de áreas legalmente protegidas e territórios tradicionalmente ocupados, o que confere ao município uma importância estratégica em termos ambientais, culturais e geopolíticos (NEPMV, 2023; PPCAD, 2023).

Mais de 80% do território municipal está sob alguma forma de proteção legal, sendo ocupado por unidades de conservação federais, estaduais e, sobretudo, por terras indígenas. Entre elas, destacam-se a Terra Indígena Munduruku, que cobre uma área de mais de 2,3 milhões de hectares, além das Terras Indígenas Kayabi e Sai Cinza (PPCAD, 2023). Essas áreas são fundamentais para a preservação da socio biodiversidade, a regulação climática e a garantia de direitos constitucionais dos povos originários, como reconhecido pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

A conformação territorial de Jacareacanga representa, assim, um espaço onde se sobrepõem múltiplas jurisdições: o município administra um território cujas decisões e políticas públicas precisam ser compatíveis com normativas federais de proteção ambiental, com direitos indígenas assegurados pela Constituição e com os interesses das populações não indígenas residentes na zona urbana e rural. Isso implica em desafios significativos de coordenação intergovernamental, de gestão fundiária e de garantia do acesso universal aos serviços públicos básicos (NEPMV, 2023; RITS; CHTP, 2023).

De acordo com o Censo de 2022, Jacareacanga possui uma população de 19.931 habitantes, sendo uma das menores em densidade populacional do estado do Pará. Aproximadamente 50% da população reside em áreas rurais ou indígenas, em comunidades que dependem de transporte fluvial ou aéreo para acesso à sede municipal (IBGE, 2022).

A recente divulgação dos dados populacionais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o município de Jacareacanga-PA revelou uma estimativa populacional que gerou questionamentos por parte da administração municipal e da sociedade civil. Segundo os dados apresentados, há uma subestimação significativa do número de habitantes no município quando comparado aos registros do Cadastro Único (CadÚnico), sistema do Governo Federal que reúne informações socioeconômicas das famílias de baixa renda.

Entre os fatores que podem ter contribuído para essa subnotificação estão a dificuldade de acesso geográfico a comunidades indígenas e ribeirinhas, a escassez de recenseadores locais, além de possíveis falhas na abordagem e coleta de dados em áreas remotas. A subestimação populacional tende a invisibilizar parcelas vulneráveis da população, distorcendo diagnósticos sociais e reduzindo a efetividade das ações governamentais.

Diante disso, é imperativo que o IBGE reavalie os dados divulgados, promovendo auditorias e recenseamentos complementares que considerem a realidade local e os registros administrativos já existentes, como o CadÚnico. A articulação entre diferentes bases de dados e o envolvimento das lideranças locais são caminhos fundamentais para garantir uma contagem mais justa e representativa da população de Jacareacanga. A composição étnica da população é majoritariamente indígena, com predominância do povo Munduruku, além de famílias Apiaká e Kayabi, cuja organização sociopolítica é reconhecida nacional e internacionalmente por sua resistência histórica, sua governança comunitária e seu protagonismo na defesa dos territórios (NEPMV, 2023; PPCAD, 2023).

A densidade demográfica de Jacareacanga com 0,45 hab./km² (IBGE, 2022) impõe custos logísticos elevados para a implementação de políticas públicas e amplifica distâncias e, consequentemente, desigualdades territoriais.

As distâncias entre aldeias, a dependência do transporte fluvial e aéreo e a escassez de conectividade digital dificultam o acesso aos serviços essenciais em grande parte do território (NEPMV, 2023).

Paralelamente, o município possui um dos maiores PIBs per capita do Pará, dado que carrega disparidades internas severas, com forte concentração de renda associada a *royalties* da mineração e a uma economia extrativa com baixo valor agregado local. O desafio, portanto, é transformar esse potencial econômico em políticas redistributivas, respeitando os modos de vida das populações indígenas e ribeirinhas e assegurando investimentos em educação, saúde e saneamento básico.

As formas de vida das comunidades indígenas moldam parte do cotidiano do município: a economia de subsistência baseada na agricultura tradicional, na pesca e no extrativismo florestal, os calendários próprios de organização social e o sistema de conhecimentos indígenas informam a maneira como se constroem relações com o território, o tempo e o bem-viver.

Além disso, a presença de grandes obras de infraestrutura na região do Tapajós, como a Usina Hidrelétrica de Teles Pires, cujos impactos afetam diretamente o modo de vida das comunidades ribeirinhas e indígenas de Jacareacanga, evidenciam os conflitos entre os interesses de desenvolvimento econômico nacional e os direitos territoriais locais. O Barômetro da Sustentabilidade (RITS; CHTP, 2023) aponta que a ausência de consulta prévia, livre e informada - conforme previsto na Convenção 169 da OIT - gerou impactos sociais e ambientais significativos, agravando vulnerabilidades existentes e exigindo reparações ainda pendentes.

A urbanização do município é concentrada na sede, onde se localizam os principais equipamentos públicos. Na área urbana há problemas de infraestrutura básica, como abastecimento de água, energia elétrica e conectividade digital.

A LOA de 2022 demonstra a relevância das transferências federais para execução orçamentária, e a necessidade de especialização e capacitação de técnicos/as nas secretarias municipais e a constituição de estratégias para a continuidade de programas estratégicos e políticas públicas (2022).

Em síntese, Jacareacanga é um município amazônico com altíssimo valor socioambiental, marcado por contrastes estruturais e potencialidades singulares. Sua configuração demográfica, étnica e territorial exige uma abordagem de planejamento baseada em direitos coletivos, interseccionalidade, respeito à diversidade cultural e reconhecimento das instituições sociais indígenas como parte da arquitetura da gestão pública local. Esse diagnóstico territorial e sociocultural é o ponto de partida para o alinhamento do município aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

PANORAMA SOCIOECONÔMICO

Jacareacanga apresenta um perfil socioeconômico marcado por desafios estruturais e desigualdades históricas.

Segundo dados do Instituto Cidades Sustentáveis (IDSC, 2023), o índice geral de desenvolvimento sustentável do município é de 29,5 pontos em uma escala de 0 a 100 com relação aos pilares da Agenda 2030. Os maiores entraves estão concentrados nos eixos de educação, saneamento, economia local e meio ambiente.

A renda per capita está abaixo da média estadual e nacional, e o acesso a serviços de saúde é dificultado pelas distâncias e pela baixa cobertura de unidades de atendimento. A taxa de analfabetismo é elevada, especialmente entre adultos de comunidades tradicionais e indígenas. O saneamento básico é quase inexistente em áreas ribeirinhas e aldeias, e a coleta de resíduos sólidos ainda não cobre toda a sede municipal (BS Jacareacanga, 2021).

Por outro lado, Jacareacanga apresenta potencialidades importantes: possui uma população jovem e ativa, forte expressão cultural das etnias indígenas, territórios preservados com grande sociobiodiversidade e iniciativas comunitárias em agroecologia, educação bilíngue e gestão territorial indígena



CONEXÃO COM OS ODS

Com base na leitura integrada dos dados locais, foram identificados os seguintes desafios prioritários, diretamente relacionados à Agenda 2030:

ODS 1 (Erradicação da pobreza): elevado nível de pobreza extrema, especialmente entre populações indígenas;

ODS 3 (Saúde e bem-estar): dificuldades de acesso a serviços e profissionais de saúde, altas taxas de doenças tropicais negligenciadas;

ODS 4 (Educação de qualidade): baixos indicadores de alfabetização, evasão escolar e insuficiência de infraestrutura escolar adequada;

ODS 6 (Água potável e saneamento): mínima cobertura de esgotamento sanitário e abastecimento precário de água tratada;

ODS 7 (Energia limpa): apesar de ser sede de uma usina hidrelétrica, a cidade utiliza principalmente energia diesel, através de geradores. O reservatório (lago) ocupa áreas dos dois municípios próximos ao empreendimento. No Pará, 16% do município de Jacareacanga e em Mato Grosso, 84% do município de Paranaíta. O lago formado pela barragem da usina tem cerca de 70 km de comprimento no Rio Teles Pires e ocupa uma área de 150 km², com um espelho d'água de 135,6 km² e uma área inundada de 95,0 km², o que equivale a 0,052 km² por megawatts gerado de área inundada.

A Casa de Força, construída na margem direita do Rio Teles Pires é do tipo convencional, fechada, abrigando 5 unidades geradoras. É nessa estrutura que a energia das águas em movimento é transformada em energia elétrica. A Subestação (SE), instalação elétrica de alta potência, contendo equipamentos para transmissão, distribuição, proteção e controle de energia elétrica, localizada na margem esquerda, fica afastada cerca de 500 metros do canal de fuga da casa de força.

Toda energia gerada pela UHE Teles Pires segue por uma linha de transmissão de uso restrito, de 7,5 km, que se conecta à SE Coletora Norte.





A conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN, se dá por meio de uma linha de transmissão de 500 KV, que tem seu ponto de conexão ao SIN na SE Ribeirãozinho no estado do Mato Grosso, divisa com o estado de Goiás;

ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura): inexistência de estradas pavimentadas entre Jacareacanga e centros regionais, fragilidade logística e digital;

ODS 13 e 15 (Clima e vida terrestre): pressão sobre ecossistemas florestais e territórios indígenas, conflitos fundiários e ameaças ambientais.

A análise integrada dos dados do IDSC (2023), do IBGE (2022), da LOA municipal (2022), do Diagnóstico NEPMV (2023) e do PPCAD (2023) permite identificar um conjunto de desafios estruturais prioritários, fortemente relacionados a múltiplos ODS. Abaixo, detalhamos as dimensões mais críticas:

Educação (ODS 4)

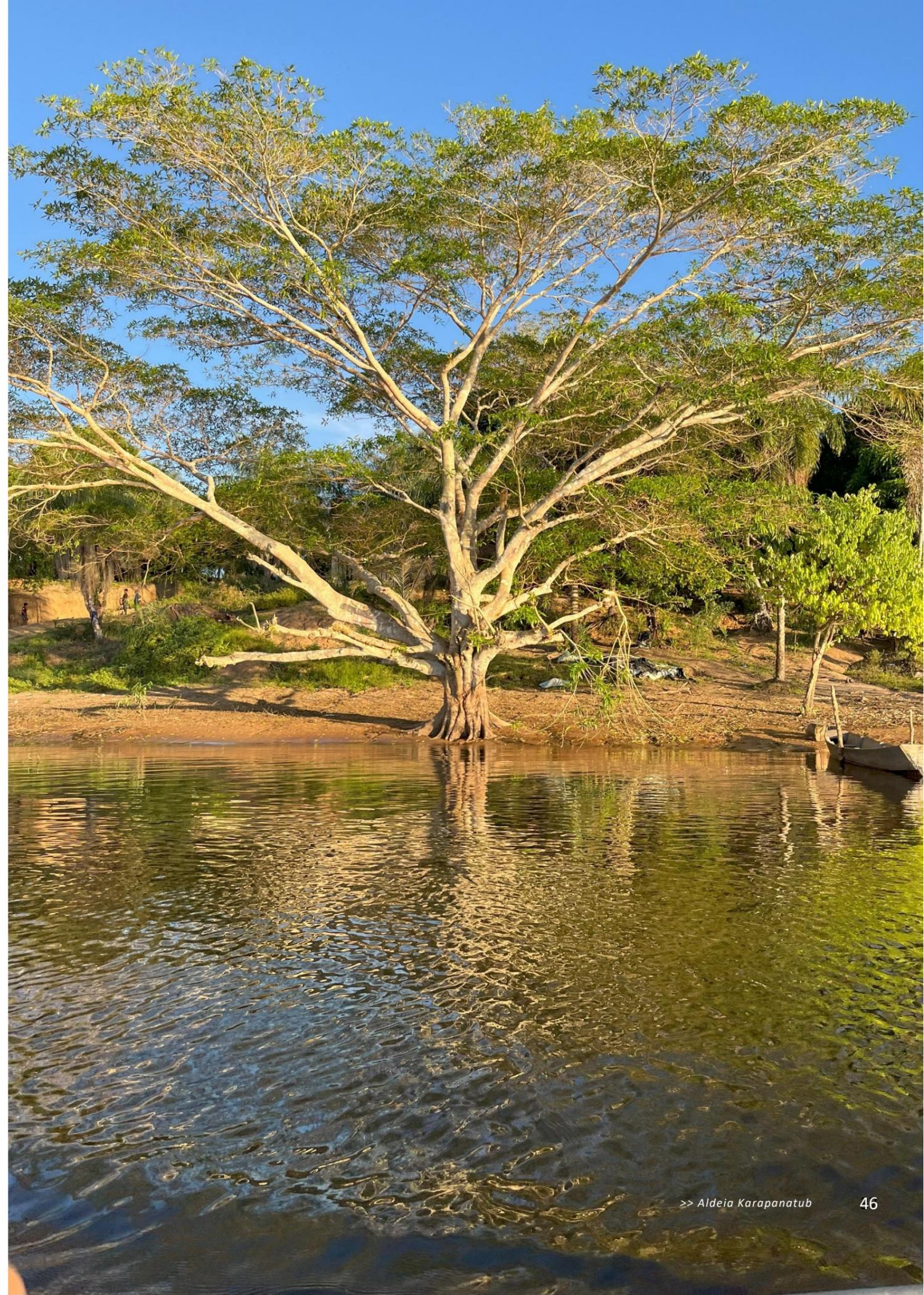
O município enfrenta altos índices de evasão escolar e dificuldades para garantir a permanência de estudantes indígenas no ensino formal. A cobertura da pré-escola para crianças de 4 a 5 anos era de 68,3% em 2021 (IDSC, 2023). A taxa de conclusão do ensino médio ainda é baixa, e faltam professores formados em educação intercultural e infraestrutura escolar em aldeias de difícil acesso (NEPMV, 2023).

Há experiências positivas de escolas indígenas bilíngues, mas elas ainda carecem de apoio sistemático e financiamento contínuo. A implementação plena do ODS 4 requer, nesse contexto, articulação entre as redes de ensino municipal, estadual e indígena, respeitando a autonomia pedagógica e os currículos próprios das comunidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, 2021).

Saúde (ODS 3)

Jacareacanga apresenta limitações de acesso a serviços de saúde especializados. A taxa de mortalidade infantil foi estimada em 21,4 por mil nascidos vivos (IBGE, 2022). A cobertura vacinal infantil atingiu 94,4% em 2021, o que demonstra o esforço das equipes de saúde da família (IDSC, 2023), mas a manutenção dessas equipes depende de repasses federais e da capacidade local de contratação.

A estrutura hospitalar é limitada, e a transferência de pacientes graves depende do transporte aéreo.



A saúde indígena, de responsabilidade da SESAI, opera em regime de subfinanciamento e enfrenta dificuldades logísticas graves (NEPMV, 2023). A necessidade de articulação interinstitucional para enfrentar essas fragilidades é central para o alcance do ODS 3.

Saneamento e infraestrutura (ODS 6 e 11)

A cobertura de esgotamento sanitário é praticamente inexistente, atingindo apenas 0,5% dos domicílios (IDSC, 2023). A coleta de lixo é limitada à área urbana central, com cobertura de 67,5%. O abastecimento de água tratada ocorre em 35,4% dos domicílios, sendo precário ou inexistente nas aldeias (IDSC, 2023; RITS; CHTP, 2023). Isso impacta diretamente a saúde pública, a qualidade de vida e o meio ambiente.

As estradas vicinais não são pavimentadas, e a interligação com Itaituba ou outras sedes regionais depende de transporte fluvial ou aéreo. A ausência de internet de qualidade em grande parte do território compromete ainda mais o acesso à educação, saúde e serviços básicos (NEPMV, 2023).

Energia (ODS 7)

HISTÓRICO COM A USINA TELES PIRES E SITUAÇÃO ATUAL

A Usina Hidrelétrica Teles Pires é uma usina hidrelétrica localizada no Rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, a 945 quilômetros de Cuiabá. Tem capacidade instalada de 1820 MW, sendo a maior usina do Complexo Teles Pires.

O leilão foi realizado em 2010 e a primeira unidade de geração entrou em funcionamento em 2015. A usina está situada entre as cidades de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA), na área denominada Cachoeira Sete Quedas.

O reservatório tem uma área total de 150 km² e uma linha de transmissão associada em 500 kV, com sete quilômetros de extensão, na margem esquerda do rio.

HISTÓRICO

A concessão da Usina Teles Pires foi conquistada pelo Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, no último leilão de geração de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com investimentos estimados em 4 bilhões. O consórcio é formado pela Eletrosul (24,5%), Furnas (24,5%) e os 51% restantes pelos dois parceiros privados Neoenergia e Odebrecht (atual Novonor). A usina foi conquistada no primeiro e único lance e com um deságio de 32,9% sobre o preço-teto de R\$ 87,00/MWh. O valor do lance foi de R\$ 58,36. O conjunto de obras deveria criar cerca de 6.500 empregos diretos e indiretos.

As obras foram iniciadas em agosto de 2011 e em janeiro de 2015 entrou em operação a primeira unidade geradora.

ESTRUTURA

- Potência Instalada: 1820 MW;
- Garantia Física: 915,4 MW;
- Turbinas: Francis de Eixo Vertical, 5 unid – 364 MW
- Altura da Barragem: 80 metros
- Extensão da Barragem: 1.650 metros
- Queda Bruta: 59,00 metros;
- Área do Reservatório: 150 km²
- Espelho d'água: 135,6 km² (0,075 km²/MW);
- Área de Inundação: 95,0 km² (0,052 km²/MW)

PROPRIEDADE

Após o leilão, foi criada a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), responsável por construir e fazer operar a UHE Teles Pires, formada pelas empresas Neoenergia (51%), Eletrobras-Eletrosul (24,5%) e Eletrobras-Furnas (24,5%).

Vulnerabilidade ambiental (ODS 13 e 15)

O município registra áreas críticas de desmatamento ilegal associadas à mineração em áreas protegidas. O PPCAD (2023) identificou 60 focos de pressão antrópica entre 2018 e 2022, especialmente nas margens do rio Tapajós e em territórios indígenas. As principais ameaças são os garimpos ilegais, especulação fundiária.

Apesar das dificuldades, há ações relevantes de combate a incêndios florestais, monitoramento territorial e recuperação de áreas degradadas realizadas por brigadas e comitês interinstitucionais locais. Essas ações demonstram a presença de capacidades organizativas e sociotécnicas relevantes para a proteção ambiental (PPCAD, 2023).

POTENCIALIDADES E BOAS PRÁTICAS LOCAIS

Mesmo diante das vulnerabilidades citadas, Jacareacanga apresenta importantes ativos que podem alavancar a implementação da Agenda 2030, e tem registrado avanços em algumas frentes estratégicas:

- A aprovação e implementação inicial do **Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCAD)**, com metas, ações setoriais e monitoramento, constitui um avanço significativo em planejamento territorial e ambiental (PPCAD, 2023). A realização do PPCAD com participação de várias secretarias e organizações é uma boa prática em direção à governança integrada (ODS 17);
- A existência de **organizações indígenas estruturadas**, como a Associação Pusuru, com capacidade de interlocução política, gestão de projetos e formação de lideranças locais (NEPMV, 2023). O fortalecimento das associações indígenas Munduruku e sua atuação em defesa do território contribuem diretamente para os ODS 15 e 16;
- A presença de **experiências educativas bilíngues** com foco em saberes tradicionais, currículo próprio e valorização cultural, fundamentais para a concretização do ODS 4 em territórios indígenas. Iniciativas locais de educação bilíngue e inclusiva são exemplos de avanço nos ODS 4 e 10;
- A **produção do Balanço Social Municipal (2021)** e sua difusão local revelam iniciativa de transparência e organização da informação pública (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, 2021).
- Projetos de agricultura familiar e extrativismo sustentável já se conectam às metas dos ODS 2, 8 e 12.

MATRIZ DE ALINHAMENTO PRELIMINAR COM OS ODS

Com base nas evidências técnicas sistematizadas, apresenta-se a seguir uma matriz de alinhamento preliminar entre os desafios identificados e os ODS priorizados:

EIXO TEMÁTICO	DESAFIOS	ODS RELACIONADO	FONTE
Educação	Baixa conclusão do ensino médio	ODS 4	NEPMV (2023); IDSC (2023)
Saúde	Dificuldade de acesso a serviços especializados	ODS 3	NEPMV (2023); IBGE (2022)
Saneamento	Baixa taxa de atendimento da rede de esgoto	ODS 6	IDSC (2023)
Meio ambiente	Pressão sobre áreas protegidas	ODS 15	PPCAD (2023); RITS; CHTP (2023)
Infraestrutura	Isolamento e dificuldade logística	ODS 9 e 11	NEPMV (2023)
Participação indígena	Governança territorial comunitária	ODS 16	NEPMV (2023)

INSTITUCIONALIZAÇÃO E GOVERNANÇA DOS ODS

Marcos Legais e Planejamento

A assinatura do Decreto nº 055/2024, de 8 de novembro de 2024, representa um marco institucional significativo para a governança da Agenda 2030 em Jacareacanga. Por meio deste ato, o Poder Executivo municipal criou a **Comissão Municipal de Desenvolvimento Sustentável**, com caráter consultivo e intersetorial, composta por representantes de todas as secretarias municipais, associações indígenas e da sociedade civil. A criação dessa instância evidencia o compromisso político local com a transversalização dos ODS e atende diretamente à recomendação da UNESCAP (2020) sobre a importância de estruturas permanentes para a implementação dos RLVs.

A Comissão tem como atribuições principais a proposição de políticas públicas alinhadas à Agenda 2030, o acompanhamento das metas locais dos ODS e a articulação com redes nacionais e internacionais de cooperação. Essa iniciativa coloca Jacareacanga em sintonia com as diretrizes metodológicas da UNDESA (2020) e da ABM (2024), que apontam a existência de instâncias formais de governança como condição necessária para a institucionalização plena da Agenda em nível local. Além disso, a composição da Comissão respeita a diversidade territorial e étnico-cultural do município, o que contribui para uma abordagem intercultural na formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Este marco pode permitir avançar na inserção de diretrizes relacionadas aos ODS em instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), o Plano Municipal de Educação e o PPCAD. A Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA, 2022) traz elementos que podem ser alinhados a metas da Agenda 2030, especialmente nos programas de segurança alimentar, educação e meio ambiente.

A Comissão Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Jacareacanga configura-se como um órgão colegiado de natureza consultiva, com o objetivo de coordenar e acompanhar as ações de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas alinhadas à Agenda 2030. Seu formato intersetorial permite a integração entre as diversas secretarias municipais — como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, planejamento e finanças — e representantes da sociedade civil, com destaque para as organizações indígenas, que compõem a comissão com voz ativa. A comissão deverá reunir-se regularmente para avaliar o progresso das metas locais dos ODS, propor diretrizes de ação e fomentar a cooperação entre os setores público, comunitário e técnico-científico.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Jacareacanga apresenta uma experiência relevante de participação social por meio dos conselhos municipais e da articulação com organizações indígenas. O fortalecimento dos espaços de escuta e deliberação coletiva foi destacado como prioridade para o avanço da governança dos ODS no território.

Foi sugerido que a Comissão Municipal dos ODS tenha como uma de suas funções o monitoramento participativo dos indicadores prioritários e a produção de relatórios sobre os ODS. Além disso, será importante garantir que os instrumentos de planejamento e controle social (PPA, LOA, audiências públicas) sejam participativos e incorporem progressivamente as metas globais da Agenda 2030. O fortalecimento da governança étnico-territorial é um diferencial do município, especialmente diante das ameaças a direitos territoriais e ambientais. A cooperação com entidades como o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União pode ser estratégica para garantir os direitos fundamentais das comunidades.

A presença de uma Comissão Municipal ODS em um município com as características de Jacareacanga representa um ‘ponto fora da curva’ - a ausência de um instrumento local ligado com a Agenda 2030 é uma lacuna comum entre municípios pequenos e de baixa capacidade institucional, como indicado no relatório técnico da UNDESA (2020), que identifica a carência de marcos institucionais como um dos principais entraves à implementação plena da Agenda em nível local.

Além da criação da Comissão, o Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCAD), elaborado em 2023 com apoio do Núcleo de Estudos de Políticas Municipais e Regionais da UFPA (NEPMV) e concebido a partir de oficinas participativas, diagnósticos técnicos e deliberações conjuntas entre secretarias municipais, organizações indígenas e representantes da sociedade civil, constitui um avanço significativo. Ele estabelece metas, indicadores e estruturas de governança para o enfrentamento do desmatamento ilegal e a promoção do desenvolvimento sustentável (PPCAD, 2023).

O PPCAD, embora específico para a pauta ambiental, adota uma lógica de transversalidade que se aproxima da proposta da Agenda 2030. Seu conteúdo dialoga com os ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), 15 (Vida terrestre), 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 6 (Água potável e saneamento), entre outros. O plano também contempla medidas intersetoriais, como articulação com o sistema de saúde, educação e segurança alimentar, o que evidencia potencial para sua integração em uma futura estratégia municipal de ODS (PPCAD, 2023).

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O município conta com uma estrutura administrativa básica, com secretarias responsáveis pelas áreas essenciais como educação, saúde, assistência social, meio ambiente, infraestrutura e planejamento. No entanto, como evidenciado na análise da LOA 2022, o número de técnicos qualificados por secretaria é reduzido, e há alta rotatividade de cargos de direção e coordenação (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, 2022).

A governança da política pública em Jacareacanga também se articula por meio de conselhos municipais — como os conselhos de saúde, educação, assistência social e meio ambiente — que têm composição paritária e deliberativa, conforme exigido pela legislação federal. Embora sua atuação sofra limitações de ordem orçamentária e técnica, esses espaços representam oportunidades para a institucionalização de fóruns permanentes de monitoramento e avaliação dos ODS (NEPMV, 2023).

Outro pilar fundamental da governança local é a participação das organizações indígenas. A Associação PUSURU, por exemplo, atua em diversas frentes, desde a defesa territorial e a vigilância ambiental até a implementação de projetos de soberania alimentar, educação indígena e fortalecimento institucional. O Diagnóstico Situacional (NEPMV, 2023) destaca que o reconhecimento do papel das associações indígenas é essencial para garantir uma abordagem intercultural e efetiva da governança pública na região.

A experiência de articulação entre essas organizações e o poder público pode ser fortalecida por meio da criação de uma instância mista de gestão da Agenda 2030 — um comitê intersetorial que inclua representantes indígenas, servidores municipais e conselhos comunitários. Tal proposta está em consonância com as diretrizes da UNESCAP (2020), que recomenda a inclusão de grupos historicamente marginalizados como parte estrutural das instâncias decisórias dos RLVs.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O município dispõe dos instrumentos de planejamento estabelecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos ainda não incorporam referências explícitas aos ODS, mas a realização deste relatório é concomitante à produção do primeiro PPA participativo e transversalizado pelos ODS da cidade.

A LOA de 2022 já apresenta programas de ação voltados para saúde indígena, merenda escolar, vigilância sanitária e manejo ambiental, mas não faz menção direta à Agenda 2030 ou às suas metas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, 2022). Além disso, Jacareacanga já possui planos setoriais como o PPCAD, o Plano de Ação da Assistência Social (2021) e o Plano Municipal de Educação (em fase de revisão), que também permeiam a transversalização da Agenda 2030 de forma incremental e estratégica.

Conforme destacado no *Modelo Inicial RLV (2024)*, a recomendação é que a municipalização dos ODS comece pelo mapeamento das ações e programas existentes, seguido da identificação de convergências com os ODS e, posteriormente, da definição de metas locais. Esse processo depende do fortalecimento da capacidade técnica do município e da construção de parcerias interinstitucionais com organizações técnicas, universidades e redes de municípios.

PROPOSTAS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO PROGRESSIVA

Com base no diagnóstico institucional e nas boas práticas já existentes, propõem-se as seguintes estratégias para a consolidação da governança dos ODS em Jacareacanga:

- 1. Inclusão de metas ODS nos próximos ciclos de planejamento**, a começar pela revisão do PPA e da LOA de 2026;
- 2. Capacitação continuada dos quadros técnicos das secretarias**, em parceria com o PNUD, universidades e organizações da sociedade civil;
- 3. Fortalecimento dos conselhos municipais e fomento à participação indígena**, com apoio para tradução, escuta qualificada e formação intercultural;
- 4. Criação de um sistema de indicadores municipais para os ODS**, utilizando dados do IDSC, IBGE e diagnósticos locais, como o PPCAD e o Barômetro da Sustentabilidade.

Essas medidas estão alinhadas com as orientações da UNDESA (2020) e da UCLG (2020), que apontam a institucionalização da Agenda 2030 como condição essencial para a continuidade, o monitoramento e a efetividade das ações de desenvolvimento sustentável no nível local.

PROGRESSO E BOAS PRÁTICAS

O levantamento de boas práticas em Jacareacanga foi realizado a partir da sistematização das oficinas realizadas em maio de 2025 e da análise documental de políticas públicas em curso, especialmente aquelas integradas ao PPCAD (2023), ao Barômetro da Sustentabilidade (BS Jacareacanga, 2023) e ao Diagnóstico Situacional elaborado pela NEPMV (2023). A identificação dos ODS prioritários baseou-se na triangulação entre o perfil do município na plataforma do Instituto Cidades Sustentáveis (2023), as metas pactuadas no âmbito do PPCAD e os dados extraídos do Balanço Social Municipal de 2021.

No campo da educação (ODS 4), o IDEB dos anos finais do ensino fundamental foi de 3,6 em 2023, abaixo da média nacional (INEP, 2023). No entanto, os dados agregados não capturam a riqueza das iniciativas de educação indígena bilíngue em curso, que têm promovido a alfabetização na língua Munduruku, valorização da história local e gestão comunitária das escolas. Essas práticas alinham-se com a meta 4.7 da Agenda 2030 e merecem reconhecimento como boas práticas em contextos interculturais (NEPMV, 2023).

Em relação à saúde (ODS 3), a taxa de mortalidade infantil foi de 20,8 por mil nascidos vivos em 2022, valor preocupante que exige atenção redobrada na atenção primária e na articulação entre a Secretaria Municipal de Saúde e o DSEI Tapajós (IBGE, 2022). Mesmo diante dessas limitações, a cobertura vacinal infantil é de 94,4%, segundo dados do IDSC (2023), o que revela esforço local importante. A atuação das equipes de saúde da família, com ações em comunidades remotas, também representa uma prática de resiliência institucional.

Dentre as práticas observadas, destacam-se:

- **ODS 4 (Educação de Qualidade):** A partir de dados do Censo Escolar e do IDSC, foi identificado um avanço na cobertura da educação infantil entre 2016 e 2020. Em 2016, apenas 53,8% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas na pré-escola; em 2020 esse número chegou a 68,3% (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023).
- **ODS 3 (Saúde e Bem-Estar):** A cobertura vacinal infantil atingiu 94,4% para a tríplice viral em 2021, superando a média estadual. A taxa de mortalidade infantil, contudo, ainda é preocupante, situando-se em 21,4 por mil nascidos vivos (IBGE, 2022; IDSC, 2023).
- **ODS 6 (Água potável e saneamento):** Apenas 0,5% dos domicílios em Jacareacanga eram atendidos por rede de esgoto em 2022, mas houve expansão na cobertura de abastecimento de água potável por rede geral, que passou de 18% em 2010 para 35,4% em 2022 (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023).
- **ODS 15 (Vida Terrestre):** O PPCAD Jacareacanga identifica como estratégia prioritária a formação de brigadas comunitárias de prevenção e combate a incêndios florestais e o fortalecimento da vigilância territorial indígena (PPCAD, 2023).

Estas ações, ainda que fragmentadas, demonstram a capacidade local de articular respostas específicas a desafios críticos, alinhando políticas públicas e saberes tradicionais a metas de desenvolvimento sustentável.

INDICADORES ALINHADOS AOS ODS

A seguir, apresentamos um recorte de indicadores municipais disponíveis no IDSC (2023), relacionados diretamente com os ODS priorizados pelo município:

INDICADOR	VALOR ATUAL	ANO	ODS RELACIONADO
População com acesso à água tratada (%)	35,4%	2022	ODS 6
População com coleta de lixo (%)	67,5%	2022	ODS 11
Taxa de alfabetização (15 anos ou mais)	71,8%	2022	ODS 4
Escolarização de 6 a 14 anos (%)	93,1%	2022	ODS 4
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	21,4	2021	ODS 3

Esses dados evidenciam a importância de fortalecer os sistemas locais de informação, monitoramento e avaliação, em especial no que tange aos recortes étnico-raciais e territoriais, ainda incipientes nos relatórios oficiais. Embora Jacareacanga enfrente desafios estruturais relevantes para a plena realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o município já apresenta experiências práticas, políticas públicas e arranjos comunitários que dialogam diretamente com as metas da Agenda 2030. Tais práticas, embora não estruturadas sob a nomenclatura “ODS”

revelam iniciativas promissoras que podem ser fortalecidas, replicadas e articuladas em políticas públicas mais amplas, em conformidade com os princípios de integralidade, intersetorialidade e participação comunitária defendidos por UNDESA (2020) e UN-Habitat (2020).

A análise a seguir apresenta os avanços e boas práticas observados nos ODS considerados prioritários para o município, com base em dados do IDSC (2023), nos instrumentos municipais (PPCAD, Balanço Social 2021 e LOA 2022), nos diagnósticos técnicos do NEPMV (2023) e na matriz de alinhamento construída na seção 3.

ODS 1 – Erradicação da Pobreza

A erradicação da pobreza em todas as suas formas é um dos maiores desafios enfrentados por Jacareacanga. Em 2021, mais de 64% da população vivia com renda per capita inferior a meio salário mínimo (IDSC, 2023). Apesar disso, o município apresenta esforços relevantes no campo da assistência social e da proteção social básica.

A atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem sido um dos pilares no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, com foco em cadastro único, acesso ao Programa Bolsa Família e apoio psicossocial. A LOA 2022 registra investimento continuado nos programas de segurança alimentar, distribuição de cestas básicas e apoio emergencial a famílias indígenas em situação de insegurança alimentar (PREFEITURA DE JACAREACANGA, 2022).

No Balanço Social 2021, destacam-se ainda os programas de incentivo à geração de renda a partir de atividades produtivas locais, como a agricultura familiar, extrativismo vegetal e pesca artesanal, organizadas sobretudo em torno de associações indígenas e comunitárias (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, 2021).



ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Apesar da precariedade da infraestrutura hospitalar e da dificuldade de acesso a serviços especializados, Jacareacanga apresenta alguns indicadores positivos de cobertura básica em saúde. Em 2021, a cobertura vacinal infantil era de 94,4%, acima da média nacional (IDSC, 2023). O município mantém cobertura de 100% da Estratégia Saúde da Família, com equipes atuando inclusive em áreas indígenas e rurais de difícil acesso (NEPMV, 2023).

A atuação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Tapajós tem sido essencial para assegurar atendimento básico nas aldeias, apesar dos desafios de logística e carência de pessoal. O NEPMV (2023) destaca ainda a presença de práticas tradicionais de cuidado e medicina indígena, que deveriam ser reconhecidas como parte das estratégias de saúde integral, conforme recomenda a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002).

ODS 4 – Educação de Qualidade

A educação indígena e bilíngue em Jacareacanga constitui uma das experiências mais promissoras do município em termos de boas práticas. A implementação de escolas com currículo próprio, metodologia de ensino na língua materna Munduruku e formação de professores indígenas são exemplos concretos de incorporação da diversidade cultural no sistema educacional local (NEPMV, 2023).

Apesar dos desafios de infraestrutura e da evasão escolar no ensino médio, essas experiências demonstram aderência aos princípios do ODS 4.7, que trata da promoção da educação para o desenvolvimento sustentável, diversidade cultural e direitos humanos (ONU, 2015).

Segundo o Balanço Social 2021, o município implementa ações complementares como transporte escolar fluvial e distribuição de kits escolares, além de programas de formação de lideranças jovens nas aldeias. O fortalecimento dessas iniciativas requer apoio federativo e políticas afirmativas mais robustas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, 2021).

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Jacareacanga enfrenta graves déficits em saneamento básico, com menos de 1% da população atendida por rede de esgoto (IDSC, 2023). No entanto, há experiências locais voltadas à ampliação do acesso à água potável em comunidades indígenas, com foco em tecnologias sociais de captação de água da chuva e manutenção de poços artesianos (NEPMV, 2023).

O PPCAD (2023) estabelece metas de recuperação de nascentes, preservação de igarapés e recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas, como forma de garantir a segurança hídrica das comunidades. Tais ações dialogam diretamente com as metas 6.1, 6.3 e 6.6 da Agenda 2030, demonstrando que, mesmo sem infraestrutura convencional, há esforços importantes em curso.

ODS 13 – Ação Contra a Mudança do Clima

O maior exemplo de alinhamento local ao ODS 13 em Jacareacanga é o próprio Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCAD). O documento, elaborado de forma participativa e validado em 2023, apresenta diagnóstico detalhado das pressões ambientais, identifica vetores de desmatamento e define ações integradas de fiscalização, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da gestão ambiental (PPCAD, 2023).

O plano prevê a atuação conjunta da Secretaria de Meio Ambiente, da sociedade civil e das lideranças indígenas na formação de brigadas, na elaboração de mapas de risco e na articulação com o Ministério Público e o IBAMA. Essas estratégias mostram coerência com as metas 13.2 (integração da mudança do clima nas políticas públicas) e 13.b (capacitação de comunidades vulneráveis).

ODS 15 – Vida Terrestre

O município realiza ações de proteção à biodiversidade com base no conhecimento tradicional indígena e em parcerias com instituições como a ICMBIO, IBAMA, UFPA e ONGs locais. A vigilância territorial indígena e a autodemarcação de áreas de uso tradicional têm sido instrumentos eficazes de enfrentamento a ameaças externas como garimpos ilegais, madeireiras e especulação fundiária (NEPMV, 2023; RITS; CHTP, 2023).

Além disso, o PPCAD estabelece diretrizes para reflorestamento com espécies nativas, incentivo à produção agroecológica e recuperação de áreas degradadas. Tais práticas contribuem para as metas 15.1 (conservação de ecossistemas terrestres) e 15.5 (redução da degradação de habitats naturais).

As experiências descritas demonstram que Jacareacanga possui capacidades sociais, culturais e institucionais relevantes para o avanço da Agenda 2030. Embora a maioria das iniciativas ainda não esteja plenamente integrada ao planejamento formal, sua existência reforça o potencial de replicação e institucionalização progressiva.

A sistematização dessas boas práticas em um banco de dados municipal, a criação de indicadores de monitoramento e a conexão com redes como o Programa Cidades Sustentáveis e o Pacto Meu Município pelos ODS são caminhos possíveis para o fortalecimento dessas ações (PNUD, 2024; ABM, 2024).

PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O município de Jacareacanga tem mobilizado diferentes formas de cooperação técnica e institucional para viabilizar a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Dentre essas parcerias, destacam-se:

- Cooperação com a Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP): no âmbito do licenciamento da UHE Teles Pires, a empresa celebrou acordos de compensação com comunidades locais e financiou estudos e ações voltadas à sustentabilidade. O Barômetro da Sustentabilidade (RITS; CHTP, 2023) é fruto dessa articulação e constitui um insumo fundamental para a construção de indicadores locais integrados à Agenda 2030.
- Parceria com o NEPMV/UFPA: responsável pela elaboração do Diagnóstico Situacional de Jacareacanga e pelo apoio técnico à construção do PPCAD, o núcleo representa uma ponte entre o município e o conhecimento científico aplicado. A produção de evidências, sistematização de dados e formação de capacidades são estratégias fundamentais para a institucionalização dos ODS no território (NEPMV, 2023; PPCAD, 2023).
- Organizações indígenas e comunitárias: associações como a Pusuru desempenham papel estratégico na gestão de projetos, na articulação territorial e na defesa de direitos. O envolvimento dessas organizações é coerente com as diretrizes da UNESCAP (2020), que defendem a centralidade das parcerias baseadas na confiança e no conhecimento tradicional para a localização dos ODS em contextos de diversidade cultural. Associação Pusuru e a APIW participam ativamente da governança local e da implementação de ações voltadas à proteção territorial e à educação indígena. A população Mundukuru possui 10 mil pessoas nas aldeias do médio e alto Tapajós (PA). Para conseguir serviços de educação, saúde e acesso a órgãos públicos e comércio, os Mundukurus viajam até os municípios de Jacareacanga (PA), limite com a Terra Indígena Sai Cinza, e Itaituba (PA), que fica a 400 km distância.
- Pela proximidade com a Terra Indígena, Jacareacanga é um local que abriga muitos Mundukuru e suas famílias, além de ser o município onde resolvem seus problemas de documentação, acesso a benefícios sociais e compras de produtos. Os casos de discriminação são constantes, apesar das contribuições financeiras que os Mundukurus trazem a cidade.

- São atos como desrespeito do cartório em não regulamentar a documentação atendendo o direito de uso do nome indígena; casos de violência contra mulheres indígenas, incluindo estupro e assassinato; entrada de pesquisadores à revelia das comunidades; omissão da polícia local com os casos de violência e homicídios; invasão da Polícia Federal a aldeia de Teles Pires, com uso de violência contra mulheres, crianças e idosos, invasão de casas, prisões arbitrárias, inclusive a menores, uso de bombas de gás, balas de borracha e armamento letal que originou a morte de um índio.
- Sobre a Organização - A Associação Pusuru, nasceu em 1991, e tem como missão lutar pelos direitos do povo Munduruku de forma que reflita e atenda a organização tradicional, a valorização da cultura, a proteção da terra, do meio ambiente e das formas de sobrevivência sustentável.
- Parcerias - A Pusuru se articula com outras organizações indígenas, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), APIB, ARPINSUL, e com entidades de apoio a causa indígena como a CIMI, FAOR, International Rivers, Movimento Tapajós Vivo.
- Colaboração com o PNUD: por meio do projeto “Acelerando o Desenvolvimento” em parceria com Eletrobrás/ CHTP, o PNUD atuou na formação de gestores locais e no apoio metodológico à construção do presente RLV. O apoio metodológico, institucional e de articulação intergovernamental do PNUD reforça o papel das organizações multilaterais na cooperação para o desenvolvimento local sustentável (2024).

FINANCIAMENTO

Em 2022, a receita corrente líquida municipal foi de R\$ 69.541.807,91, com despesas liquidadas de R\$ 57.256.161,91 (2022). Jacareacanga depende de transferências constitucionais para manter o funcionamento da administração pública. A análise da Lei Orçamentária Anual de 2022 revela que mais de 85% da receita do município é composta por repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do SUS e do Fundeb (2022). Essa condição limita a autonomia fiscal e impõe desafios à capacidade de planejamento de longo prazo, especialmente no financiamento de políticas estruturantes voltadas à sustentabilidade.

Apesar de não mencionar diretamente os ODS, a LOA 2022 traz programas com alto potencial de alinhamento, como “Manutenção das Atividades de Prevenção ao Desmatamento”, “Apoio à Agricultura Familiar” e “Educação Escolar Indígena”. Essas ações representam pontos de partida para um orçamento orientado a resultados e conectado à Agenda 2030.

A inexistência de um sistema local de monitoramento das receitas e despesas por ODS dificulta a avaliação do impacto orçamentário sobre os objetivos globais. Para enfrentar esse desafio, recomenda-se que os municípios iniciem a vinculação temática do orçamento às metas da Agenda, adotando categorias transversais e indicadores de resultado (ABM, 2024; UN-Habitat, 2020).

Há oportunidades estratégicas de financiamento que podem ser exploradas para impulsionar os ODS, tais como:

- **Fundo Amazônia:** ações de prevenção ao desmatamento, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento institucional de municípios com Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs);
- **Emendas parlamentares:** voltadas à infraestrutura básica, saúde indígena e educação bilíngue;
- **Fundos federais (FNDE, FUNASA, SUDAM):** com linhas específicas para saneamento rural, abastecimento de água e infraestrutura escolar.

O avanço dos ODS em nível local depende diretamente da capacidade dos municípios de mobilizar recursos, construir parcerias estratégicas e integrar instrumentos de planejamento à agenda do desenvolvimento sustentável. No caso de municípios amazônicos com baixa densidade institucional, os desafios são maiores devido à limitação de receitas próprias, dificuldades logísticas e carência de estrutura técnica especializada (NEPMV, 2023; PNUD, 2024).

O ODS 17 enfatiza que alcançar as metas exige parcerias globais, cooperação multissetorial, transferência de tecnologias, capacitação institucional e acesso a financiamentos inovadores (ONU, 2015). A seguir, são destacados os principais meios de implementação identificados em Jacareacanga, organizados em três eixos: recursos financeiros e orçamentários, parcerias institucionais e mecanismos de apoio técnico.

CAPACITAÇÃO, TECNOLOGIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O acesso a tecnologias apropriadas e a formação continuada da equipe municipal constituem dimensões centrais para o fortalecimento da implementação dos ODS. A escassez de internet em áreas rurais e indígenas, a baixa informatização da administração pública e a ausência de indicadores locais consolidados são entraves à gestão baseada em evidências (NEPMV, 2023).

Nesse sentido, destacam-se algumas oportunidades de médio prazo:

- **Criação de uma unidade técnica de projetos** com capacidade de captar recursos de fontes como o Fundo Amazônia, o GEF, programas do BNDES e fundos internacionais vinculados ao clima e à biodiversidade.
- **Acesso a plataformas públicas e abertas**, como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), que fornece dados desagregados para 100% dos municípios brasileiros e pode servir como base de monitoramento de metas locais (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023).
- **Integração em redes de cooperação**, como o Pacto Meu Município pelos ODS (CNODES), a Rede ODS Brasil e o Programa Cidades Sustentáveis. Essas redes oferecem instrumentos técnicos, visibilidade institucional e oportunidades de intercâmbio de boas práticas (Consultoria PNUD, 2024).

Jacareacanga possui elementos estruturantes para avançar na implementação dos meios de execução da Agenda 2030, especialmente se conseguir consolidar e expandir as parcerias já existentes. O município pode investir na construção de capacidades internas, no aperfeiçoamento da gestão financeira e na inserção qualificada em redes de cooperação intermunicipal e internacional.

O fortalecimento do eixo de meios de implementação é indispensável para que o RLV não seja apenas um diagnóstico, mas sim um marco de planejamento com impacto concreto sobre a vida da população — especialmente das comunidades mais vulneráveis, que historicamente foram deixadas para trás.

RECOMENDAÇÕES E VISÃO DE FUTURO

A partir da análise das evidências documentais, dos dados públicos sistematizados e das experiências institucionais do município de Jacareacanga — especialmente o Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCAD, 2023), o Diagnóstico Situacional (NEPMV, 2023), o Balanço Social (2021), os dados do IDSC (2023) e as diretrizes metodológicas da ONU (UNDESA, 2020; UN-Habitat, 2020); assim como da oficina participativa e da análise documental integrada aos marcos da Agenda 2030, foram consolidadas as seguintes recomendações para orientar os próximos passos do município de Jacareacanga na implementação dos ODS:

- Inclusão sistemática dos ODS nos instrumentos de planejamento, especialmente na próxima revisão do Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), promovendo a transversalidade da sustentabilidade nas políticas setoriais:

Inserir os ODS de forma transversal no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), com destaque para ações já existentes como educação indígena, saúde da família, vigilância ambiental e produção agroecológica (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, 2022). A vinculação dos ODS aos instrumentos formais de gestão é passo essencial para institucionalizar a Agenda 2030 no nível local.

- Elaboração de um plano municipal de metas para os ODS, com indicadores locais, metas de curto, médio e longo prazo, baseando-se nos dados do IDSC, IBGE e plataformas federais.

Desenvolver um Plano Local de Metas para os ODS, com indicadores mensuráveis, metas de curto, médio e longo prazo, utilizando como base os dados do IDSC (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023), os parâmetros do PPCAD (2023) e a matriz de alinhamento construída neste relatório. Esse plano deve considerar as especificidades dos territórios indígenas e garantir mecanismos de consulta prévia, livre e informada.



- Criação de uma Unidade Técnica de Projetos, para captar recursos nacionais e internacionais, articular parcerias e sistematizar boas práticas.

Estabelecer uma estrutura técnica responsável por captação de recursos, elaboração de propostas e articulação institucional, com foco em editais do Fundo Amazônia, do GEF, do BNDES, da FUNASA e de organismos multilaterais. Essa medida visa superar a baixa capacidade de formulação de projetos identificada na LOA 2022 e está em consonância com as orientações da UNDESA (2020).

- Fortalecimento da educação bilíngue e intercultural indígena, com base nas experiências já em curso e no apoio técnico-pedagógico de universidades e organizações indígenas locais.

Ampliar a valorização institucional da educação indígena e bilíngue, com garantia de recursos financeiros, apoio técnico e reconhecimento dos currículos próprios. Como indica o Diagnóstico NEPMV (2023), as escolas indígenas em Jacareacanga desempenham papel central na construção de futuros sustentáveis, sendo um exemplo concreto da meta 4.7 da Agenda 2030 (ONU, 2015).

- Desenvolvimento de soluções locais de saneamento rural e abastecimento de água, com base em tecnologias apropriadas e gestão comunitária, em parceria com FUNASA, universidades e movimentos sociais.

Desenvolver iniciativas comunitárias para abastecimento de água e saneamento rural com base em tecnologias sociais, como sistemas de captação de água de chuva e saneamento ecológico. Tais soluções já são parcialmente implementadas em algumas aldeias e foram identificadas como boas práticas no Diagnóstico Situacional (NEPMV, 2023).

- Promoção de um sistema local de monitoramento e avaliação, com publicação anual de boletins e relatórios simplificados sobre os avanços nos ODS.

Construir, com apoio técnico de universidades e redes nacionais, um sistema local de indicadores ODS, com boletins anuais, relatórios de monitoramento e painéis públicos de acesso à informação. Esse sistema deve articular fontes como o IDSC, IBGE, PPCAD e conselhos municipais, promovendo transparência e avaliação contínua (ABM, 2024; UN-Habitat, 2020).

- Fomentar a adesão a redes como o Pacto Meu Município pelos ODS (CNODS), a Rede ODS Brasil, o Programa Cidades Sustentáveis e redes internacionais como a UCLG. A participação ativa nestes espaços oferece oportunidades de capacitação, visibilidade institucional e intercâmbio de experiências com municípios que enfrentam desafios semelhantes (UNESCAP, 2020).

VISÃO DE FUTURO

Jacareacanga se projeta como um território de resistência e inovação na Amazônia brasileira. Sua biodiversidade, seus saberes tradicionais, a força de sua juventude e a capacidade de articulação das comunidades indígenas representam ativos estratégicos para a sustentabilidade local e global.

A construção deste Relatório Local Voluntário representa um marco institucional e simbólico para o município de Jacareacanga. Situado no coração da Amazônia brasileira e marcado por desigualdades históricas, o município demonstra que, mesmo com limitações estruturais, é possível produzir conhecimento qualificado, formular estratégias territoriais e alinhar políticas públicas aos compromissos globais da Agenda 2030. Ele sinaliza ao Brasil e ao mundo que mesmo os municípios historicamente invisibilizados têm muito a contribuir com a Agenda 2030. Jacareacanga assume, assim, o compromisso de promover políticas públicas baseadas em equidade, justiça territorial e participação social, reafirmando o direito dos povos da floresta a um desenvolvimento com identidade, autonomia e dignidade.

Jacareacanga se projeta como um território de convergência entre a diversidade sociocultural dos povos indígenas, a riqueza ambiental do bioma amazônico e o desejo coletivo de construir um modelo de desenvolvimento baseado na justiça ambiental, na autodeterminação dos povos e na valorização dos saberes tradicionais. Como reafirmado no PPCAD (2023), o futuro sustentável de Jacareacanga passa pela articulação entre floresta em pé, direitos garantidos e governança participativa.

Ao realizar seu primeiro RLV, Jacareacanga reafirma seu protagonismo como município amazônico que recusa a invisibilidade, aposta na cooperação, reconhece a centralidade das comunidades indígenas e busca fazer da Agenda 2030 um instrumento concreto de transformação territorial. Trata-se de uma aposta coletiva, um processo em construção, que exige continuidade, alianças estratégicas e compromisso político com a equidade, a sustentabilidade e os direitos humanos. Diante de agente de visibilidade que o RLV trouxe para o município, abriu-se novos horizontes com inclusão de novas parcerias que irão dar subsídios de crescimento ordenado a Jacareacanga, isso tanto na cidade, aldeias e comunidades.

NOTA

Este Relatório Local Voluntário foi elaborado com base em documentos oficiais, dados públicos e processos participativos presenciais e remotos, respeitando os princípios da Agenda 2030 e os marcos metodológicos preconizados por instituições de relevância internacional. Sua publicação visa ampliar o engajamento local, fomentar a cooperação federativa e internacional, e servir de referência para outros territórios amazônicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

ANEXOS

Anexo 1 – Fichas das Boas Práticas Identificadas

Nº	BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS	ANO
01	57 escolas reformadas na área indígena	2024
02	Merenda Escolar	2024/2025
03	Encontro Pedagógico (área Indígena, rural, garimpeira e sede)	2024/2025
04	2 quadras internas – Escolas Maria Emília e Carmem Valente	2025
05	Criação de galinhas na Aldeia Sai Cinza	2025
06	Inauguração da Escola Estadual Haroldo Veloso	2025
07	Revitalização e reforma do Letreiro da Cidade.	2025
08	Plano Plurianual – PPA	2025
09	Lei das Diretrizes Orçamentária – LDO	2025
10	Lei Orçamentária Anual - LDO	2025

11	Semana do Meio Ambiente/ I e II Corrida	2024/2025
12	Capacitação PNUD	2024/2025
13	Orientação do Relatório Local Voluntário – RLV	2025
14	Agricultura Familiar	2024/2025
15	Aplicação do ENEM do Município	2025
16	Programa de erradicação da Malária	2024/2025
17	Testagem, acompanhamento e medicação para malária	2024/2025
18	Vacinação (sede, aldeias e Comunidades garimpeiras)	2024/2025
19	PCCU	2024/2025
19	Atendimento médico	2024/2025
20	Atendimento de dentista	2024/2025
21	Centro de atendimento e testagem de HIV, sífilis e hepatites B e C.	2024/2025
22	Pré natal - assistência as grávidas	2024/2025
23	Atendimento de urgência e emergência no Hospital Municipal	2024/2025
24	Visitação dos Agentes Comunitários de Saúde	2024/2025
25	PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)	2024/2025
26	SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)	2024/2025
27	Cadastro Único	2024/2025
28	Benefícios e Programas	2024/2025
29	Ações Comunitárias	2024/2025
30	Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)	2024/2025
31	Educação Infantil (Sede, aldeias e Comunidades garimpeiras)	2024/2025
32	Ensino Fundamental (Sede, aldeias e Comunidades garimpeiras)	2024/2025
33	Ensino Médio (Aldeia – Ensino Médio Modular Indígena)	2024/2025
34	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	2024/2025
35	Programa “Alfabetiza Pará”	2025
36	Incentivo à Cultura – Lei Aldir Blanc	2024/2025
37	Eventos Municipais (Carnacaré, Jacaré Verão e Aniversário de Jacareacanga)	2024/2025
38	Abertura e reparos em ramais e vicinais	2024/2025
39	Apoio a agricultura familiar	2024/2025
40	Feira do Agricultor	2024/2025
41	Policiamento	2024/2025
42	Licenciamento Ambiental	2024/2025
43	Aquisição de kit farineiros	2024/2025
44	Sala do empreendedor	2024/2025
45	Turismo no Município	2024/2025
46	Proteção a criança e ao Adolescente	2024/2025

47	Atualização do plano diretor municipal (em andamento)	2024/2025
48	Plano municipal de saneamento básico (em andamento)	2023/2025
49	Selo de Inspeção municipal (em construção)	2025
50	Creche municipal (em construção)	2024/2025
51	Programa de Habitação (em andamento)	2025
52	Eletrificação em escolas indígenas energia fotovoltaica (em andamento)	2025
53	Melhorias sanitárias em escolas de terras indígenas	2025
54	Produção de alimentos escolares para terras indígenas	2023/2025
55	Construção de casa de cultura e arena cultural (em andamento)	2025
56	Plano de mobilidade urbana	2023
57	Programa escolas conectadas terras indígena, ribeirinhas e rurais	2025

Anexo 2 – Versão Simplificada do Índice de Indicadores Locais (IDSC)

DESEMPENHO POR ODS



Jacareacanga (PA)

Pontuação Geral

Pontuação: 38.18/100

Classificação: 5026/5570

Descrição

As cidades estão classificadas pela pontuação final. Esta pontuação mede o progresso total das cidades para a realização de todos os 17 ODS. Uma pontuação 100 indica a realização ótima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

DESEMPENHO POR ODS

- ODS1: Erradicação da Pobreza
- ODS2: Fome Zero e Agricultura Sustentável
- ODS3: Saúde e Bem-Estar
- ODS4: Educação de Qualidade
- ODS5: Igualdade de Gênero
- ODS6: Água Potável e Saneamento
- ODS7: Energia Acessível e Limpa
- ODS8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS9: Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS10: Redução da Desigualdades
- ODS11: Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS12: Consumo e Produção Responsáveis
- ODS13: Ação Contra a Mudança Global do Clima
- ODS14: Vida na Água
- ODS15: Vida Terrestre
- ODS16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- ODS17: Parcerias e Meios de Implementação

AVALIAÇÃO ATUAL

Nível de Desenvolvimento Sustentável:

- Muito alto - 80 a 100
- Alto - 60 a 79,99
- Médio - 50 a 59,99
- Baixo - 40 a 49,99
- Muito baixo - 0 a 39,99
- Informações indisponíveis



Anexo 3 – Decreto de Cria a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município de Jacareacanga (PA), e dá outras providências.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA

DECRETO Nº 023/2025-GP/PMJ.

Jacareacanga/PA, em 28 de março de 2025.

RECEBIDO
DATA: 03/04/2025
HORA: 12 MIN. 49
PROT. Nº 223/2025
Anatálie Kixixi
Câmara Mun. de Jacareacanga

"Cria a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Município de Jacareacanga (PA), e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Jacareacanga-PA, o Exmo. Sr. SEBASTIÃO AURIVALDO PEREIRA SILVA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal de Jacareacanga-PA / LOM, de acordo com o inciso **XXVI** do artigo 58, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001; e na Lei Municipal Nº433, de 17 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas - ONU, subscrita pela República Federativa do Brasil é um pacto global que se traduz em um plano de ação com foco em um futuro que pense na garantia de um mundo mais justo e sustentável para as pessoas, para o planeta e em busca do desenvolvimento econômico inclusivo;

CONSIDERANDO os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, as 169 metas e seus indicadores, apresentam passos para esse futuro global que se deseja;

CONSIDERANDO que a Agenda 2030 se propõe a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, com ações que são universais, porém devem ser territorializadas de acordo com as realizadas locais;

CONSIDERANDO que os ODS buscam concretizar os direitos humanos de todos, buscando avançar na redução das desigualdades, de forma a "não deixar ninguém para trás" Considerando que os ODS são integrados e indivisíveis, devem ser promovidos de maneira conjunta com multissetorialidade entre as áreas, equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, o social e a ambiental;

CONSIDERANDO que a Agenda 2030 é uma responsabilidade de todos, incluindo executivo, legislativo e judiciário, academia, sociedade civil e iniciativa privada;

CONSIDERANDO que desde 2021 o município de Paranaíta vem participando de processos de fortalecimento sobre a Agenda 2030, por meio do projeto Acelerando o Desenvolvimento, uma iniciativa da Eletrobrás, por meio da Companhia Hidroelétrica de Teles Pires, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

DECRETA:

Capítulo I

DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA (PA)

Artigo 1º - Criar a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil, no município de Jacareacanga.



Parágrafo Único. A Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é instância colegiada, de natureza consultiva, paritária e integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento de Captação de Recursos, para articulação, mobilização e diálogo com os organismos municipais e a sociedade civil.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- I - Internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no município de Jacareacanga;
- II - Identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS;
- III - Propor estratégias, instrumentos e ações para implementação dos ODS;
- IV - Promover a articulação com órgãos privados e entidades públicas de todas as esferas para a disseminação e a implementação dos ODS;
- V - Acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos.

Art. 3º A Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será integrada por organizações que estiveram engajadas no projeto Acelerando o Desenvolvimento e possuem integrantes capacitados nos temas da Agenda 2030.

I - Um representante, titular e suplente, de cada um dos seguintes órgãos municipais:

a) **Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN;**

Titular: Edileuza Viana de Vasconcelos - CPF: 671.693.252-68;

Suplente: Maria Lira Neves - CPF: 036.442.712-40.

b) **Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF;**

Titular: Rubigerlei Pereira da Silva – CPF:689.346.372-34;

Suplente: Wellida da Silva e Silva – CPF: 704.877.652-81

c) **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;**

Titular: Silvani Lopes de Souza Vieira – CPF: 720.951.131.87;

Suplente: Maria Fernanda Castro Peres – CPF: 028.105.752-40

d) **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMECD;**

Titular: Darliane de Araujo de Souza – CPF: 865.081.212-00;

Suplente: Alcilene Batista de Sousa – CPF: 748.200.102-63

e) **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT;**

Titular: Stefane de Oliveira Lopes - CPF 019.484.392-92;

Suplente: Quezia Souza da Luz – CPF 011.382.972-83

f) **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;**

Titular: Silvaneide Pereira Farias - CPF: 756.246.132-53;

Suplente: Eliane de Menezes Baldez - CPF: 904.344.472-34.



g) Secretaria Municipal de Urbanização, Transporte e Serviços Públicos – SEMUTRAN;

Titular: Nicolau Alves de Oliveira Junior - CPF:922.886.932-15;
Suplente: Paulo Vinicius Trajando de Sousa - CPF: 975.490.962-87.

h) Secretaria Municipal de Agricultura e Mineração – SEMAM;

Titular: Cristiane Deise Klippel - CPF: 935.343.292-87;
Suplente: Danilo Karu Munduruku - CPF: 018.549.052-28.

i) Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas – SEMAI;

Titular: Lenilson Paigo Munduruku – CPF: 017.370.172-88;
Suplente: Clenilson Carlos CPF: 655.159.192-20

j) Gabinete do Prefeito.

Titular: Marinethe Das Graças Viana Miranda - CPF: 937.039.882-15;
Suplente: Caio Santos Rodrigues - CPF: 025.812.882-80.

II - Um representante, titular e suplente, de cada um dos seguintes órgãos:

a) Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará – SEPI

Titular: Tainara Kirixi Munduruku - CPF: 007.385.252-00;
Suplente:

b) Câmara Municipal de Jacareacanga;

Titular: Everton Sales da Silva - CPF: 716.689.342-72;
Suplente: Sandro Waro Munduruku – CPF: 963.572.822-00.

c) SEBRAE;

Titular: Géssica Akai Barbosa Sousa - CPF nº: 028.361.852-36;
Suplente: Joel Hélio de Souza – CPF: 001.578.602-13.

d) Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Titular: Barbara Janaina Dias de Oliveira - CPF: 921.299.192-00;
Suplente: Hilton Ferreira Soares - CPF: 947.833.302-04.

e) APLAN;

Titular: Denis Rodrigues Palhares – CPF: 796.013.911-34;
Suplente: Gilson Vagas – CPF: 659.974.172-04.

f) SINTEPP;

Titular: Evanilson Pereira Rosa – CPF: 672.625.112-20;
Suplente: Auricélia de Moraes Barbosa - CPF: 966.723.232-87

g) COMEJ;



• Titular: Kelly Nayara Martins de Sousa – CPF: 022.713.731-07;
Suplente: Elisandra Silva Alves – CPF: 639.254.272-87.

h) UEPA;

Titular: Maria Terezinha de Jesus da Silva de Oliveira – CPF: 437.356.062-53;
Suplente: Darliane Araújo de Souza – CPF: 865.081.212-83.

i) EMATER;

Titular: Raimundo Delival Batista de Souza – CPF: 402.722.222-91;
Suplente: (Não tem)

j) ACIJA;

Titular: Petronio Costa Barroso Salviano CPF: 813.782.032-91;
Suplente: Irajá Domingos e Silva - CPF nº: 357.766.842-34.

k) PUSURU

Titular: João Akay Munduruku – CPF: 678.668.802-87;
• Suplente: Guilherme Saw Munduruku – CPF: 843.704.832-04.

l) AITE

Titular: Haroldo Poxo Munduruku – CPF:024.548.062-58;
Suplente: Silmara Yori Munduruku – CPF: 013.794.282-62.

§ 1º A presidência da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN.

§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, de que tratam os incisos I e II do *caput* serão indicados pelos titulares dos órgãos.

§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, serão designados em ato pelo Prefeito de Jacareacanga.

Art. 4º A Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente.

Art. 5º A Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicos, da sociedade civil e do setor privado para colaborar com as suas atividades.

Art. 6º A Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste Decreto, elaborar seu regimento interno.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA



Art. 7º A participação na Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas aos órgãos e às entidades envolvidas, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 9º A Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ficará extinta após a conclusão dos trabalhos previstos pela Agenda 2030, no mesmo ano, devendo apresentar relatórios anuais circunstanciados contendo as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacareacanga-Pará, em 28 de março de 2025.

SEBASTIAO
AURIVALDO PEREIRA
SILVA:60911735291

Assinado de forma digital por
SEBASTIAO AURIVALDO
PEREIRA SILVA:60911735291
Dados: 2025.03.28 12:06:57
-03'00'

SEBASTIÃO AURIVALDO PEREIRA SILVA
Prefeito Municipal

PUBLICADO no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Jacareacanga-Pará, em 28 de março de 2025.


MARINETHE DAS GRAÇAS VIANA MIRANDA
Chefe de Gabinete - Decreto nº 01/2025-PMJ/GP





Anexo 4 – Relato de Lideranças Locais.



Tainara Kirixi

**Representante do povo
Munduruku**



Jacareacanga, é um município com vários desafios locais, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no município ajudam a organizar e priorizar ações públicas, com foco em melhoria da qualidade de vida da população local e é fundamental para promover o desenvolvimento com justiça social, equilíbrio ambiental e respeito à diversidade cultural, especialmente por ser uma região com grande presença indígena, comunidades tradicionais, biodiversidade e desafios sociais. Então, trabalhar as ODS em Jacareacanga é planejar o presente com responsabilidade e o futuro com justiça, promovendo um desenvolvimento que respeita a floresta, os povos indígenas e o bem viver da população Jacareacanguense.



Participar das capacitações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Jacareacanga-PA, foi uma experiência de grande relevância para todos nós que atuamos na educação pública municipal. As formações não apenas aprofundaram nossa compreensão sobre a Agenda 2030, mas também despertaram em nós uma maior conscientização sobre a responsabilidade que temos, enquanto educadores e gestores, de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável do nosso território.



Aline Ribeiro

**Representante da
Educação**

Como Coordenadora de Documentação Escolar da SEMEDC, destaco a importância de estarmos alinhados aos princípios dos ODS na elaboração e execução de projetos educacionais que dialoguem com a realidade local, respeitando a diversidade cultural e ambiental do nosso município. As capacitações oferecidas foram fundamentais para ampliar nossa visão e fortalecer nossas práticas institucionais, tornando-as mais comprometidas com a transformação social e sustentável para todos.

Estar envolvida neste processo foi motivo de orgulho e aprendizado contínuo. Reforçamos nosso compromisso em disseminar esse conhecimento em nossas escolas e comunidades, contribuindo para que os ODS deixem de ser apenas metas globais e se tornem ações concretas em nosso cotidiano educacional.



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, é uma política global de mudanças que devem ocorrer nos mais diversos cantos do planeta terra. A proposta busca combater a desigualdade global e garantir a todos os cidadãos do mundo a igualdade e a paz. Assim, dos lugares mais remotos da Amazônia as Metrôpoles globais, os ODS buscam desatar nó e impulsionar o equilíbrio do planeta em sistema econômico predatório.

O PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. em Jacareacanga-PA, tem desenvolvido diversas ações que inclui contribuições fundamentais para a efetividade dos ODS nos lugares. Os estudos, oficinas e relatórios são construções coletivas que trazem as gotas de esperança de um povo que almeja um mundo mais justo e igualitário. Vivemos em um planeta em naufrago, os ODS são os salva-vidas dos povos do planeta. Jacareacanga-PA, no coração da Amazônia é um artéria que possui as potencialidades para ser um modelo global de sustentabilidade



A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município de Jacareacanga representa um compromisso essencial com o futuro da nossa população, especialmente considerando a riqueza sociocultural dos povos indígenas e ribeirinhos da região, bem como os vastos recursos naturais da Amazônia. As ODS oferecem uma bússola para orientar políticas públicas que promovam justiça social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável. Ao integrar esses objetivos nas ações municipais, Jacareacanga fortalece sua capacidade de enfrentar desafios históricos como o acesso à educação, saúde de qualidade, infraestrutura básica e proteção ambiental, sempre respeitando os saberes tradicionais e os direitos das comunidades locais. Assim, as ODS não são apenas metas globais — são caminhos concretos para garantir dignidade, equidade e sustentabilidade no presente e para as futuras gerações de Jacareacanga.



Luvanor Graça

Geografo



Giovanna Torres

**Aluna do Grêmio
Estudantil**

Siglas e Abreviaturas

- **LDO** – Lei das Diretrizes Orçamentárias
- **LOA** – Lei Orçamentária Anual
- **PPA** – Plano Plurianual
- **MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- **PT** – Partido dos Trabalhadores
- **PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira
- **BR** – Rodovia Federal
- **CIMAT** – Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós
- **FUNAI** – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- **FUNASP** – Fundo de Assistência dos Servidores Públicos
- **CHTP** – Companhia Hidrelétrica Teles Pires
- **IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Mundial
- **GT** – Grupo de Trabalho
- **RNV** – Relatório Nacional Voluntário
- **PPCAD** – Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento
- **ABM** – Associação Brasileira dos Municípios
- **SG / PR** – Secretaria Geral da Presidência da República
- **IDSC** – Instituto Cidade Sustentáveis
- **Cadúnico** – Cadastro Único
- **UHE** – Usina Hidrelétrica
- **NEPMV** – Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes
- **ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- **IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- **PPCAD** – Plano Municipal de Preservação e Controle do Desmatamento
- **MW** – Megawatt.
- **SPE** – Sociedade de Propósito Específico
- **UNDESA** – Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais
- **UFPA** – Universidade Federal do Pará
- **UNESCAP** – Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico
- **IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- **INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- **DSEI** – Distrito Sanitário Especial Indígena
- **APPs** – Área de Preservação Permanente
- **COIAB** – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- **APIB** – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- **ARPINSUL** – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
- **CIMI** – Conselho Indigenista Missionário.
- **FAOR** – Fórum da Amazônia Oriental
- **FPM** – Fundo de Participação dos Municípios
- **FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- **BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- **GEF** – Global Environment Facility
- **RLV** – Relatório Local Voluntário



REFERÊNCIAS

ABM. A Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Versão resumida do Relatório Subnacional Voluntário. Brasília: Associação Brasileira de Municípios, 2024.

Consultoria PNUD. Modelo inicial RLV. Brasília: ABM/PNUD, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022: resultados do município de Jacareacanga. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativas populacionais e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Perfil de Jacareacanga. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/1503754/>. Acesso em: 2 maio 2025.

NEPMV – NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS (UFPA). Diagnóstico situacional de Jacareacanga. Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.

NEPMV – NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS (UFPA). Relatório de reunião – Jacareacanga P6. Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/70/1. Nova York: ONU, 2015.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Produto 1: Planejamento metodológico da proposta de elaboração dos relatórios e das oficinas presenciais sobre RLV. Brasília: PNUD, 2024.

PNUD. Acelerando o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. Relatório Técnico. Brasília: PNUD Brasil, 2023.

PPCAD – PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS DE JACAREACANGA. Jacareacanga: Prefeitura Municipal, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA. Balanço social – exercício 2021. Jacareacanga: Prefeitura Municipal, 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA. Lei Orçamentária Anual – exercício 2022. Jacareacanga: Prefeitura Municipal, 2022.

RITS; CHTP. Barômetro da Sustentabilidade – Jacareacanga, Território Tapajós. Brasília: Rede de Informações para o Terceiro Setor; Companhia Hidrelétrica Teles Pires, 2023.

UNESCAP – UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC. Asia-Pacific regional guidelines on voluntary local reviews. Bangkok: UNESCAP, 2020.

UNDESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. Handbook for the preparation of voluntary local reviews. New York: UNDESA, 2020.

UN-HABITAT; UCLG – UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. Guidelines for voluntary local reviews. Volume 1. Barcelona: UCLG; Nairobi: UN-Habitat, 2020.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jacareacanga>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_Teles_Pires



>> Saída da cidade – Aeroporto.

REALIZAÇÃO



PREFEITO
Sebastião Aurivaldo Pereira
Silva



VICE-PREFEITO

Valmar Kabá Munduruku

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO

Edileuza Viana de Vasconcelos

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edriane Oliveira da Silva

SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

Stefane de Oliveira Lopes

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Luziane Pereira Nogueira

SECRETÁRIA DE SAÚDE

Ledioneta de Souza Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINAÇAS

Rubigerlei Pereira da Silva

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS INDIGENAS

Lenilson Paigo

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MINERAÇÃO

Gilmar de Carvalho Santos

SECRETÁRIO DE URBANIZAÇÃO, TRANSPORTE E LIMPEZA URBANA

Célio Melo

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

SEPLAN

Maria Lira Neves

Diretora de Planejamento

Elem Socorro Pires

Chefe de Setor I

Endria Antônia Sousa Silva

Chefe de Setor I

Aline Ribeiro Ferreira

Pedagoga

Luvanor Graça de Souza

Geografo

Felipe Viana de Vasconcelos

Assessor Especial III

EDIÇÃO E FORMATAÇÃO

Arlecio Figueiredo Valente

Pedagogo

Kauan Caldeira da Costa

Chefe de Setor II

CAPA – ALUNOS ENSINO MÉDIO

Elias Heitor Hugo Araújo

Ana Paula Santiago Mendes

Giovanna do Carmo Torres

Hugo Vieira Correa

Nívea Acácia Teles de Sousa

Vinícius Gabriel Araújo Repolho

Victor Emanuel Gomes Chagas

Silvana Maciel dos Santos

Kesley Luann de Mesquita Luz

Kemyle Luane de Souza Monteiro Matos

FOTOS

Prefeitura de Jacareacanga

Romulo Dias

Josciney Gomes Basto

Kauan Caldeira da Costa

Maria Lira Neves

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Antônio Mendes Cardoso

ACELERANDO O
DESENVOLVIMENTO

USINA HIDRELÉTRICA
TELES PIRES

